ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 51 – Série VII – N.º 467
16 de Dezembro de 1982

Preço: 20$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português | Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 | Composição e impressão – Heska Portuguesa | Distribuição – *CDL*, R. Pedro Nunes, – 1000 Lisboa

APU AVANÇA

- **Nas eleições autárquicas do passado domingo a APU registou uma importante vitória, tendo os seus objectivos eleitorais, no essencial, sido alcançados.**
- **A APU reforçou as maiorias absolutas já existentes e alcançou maiorias absolutas em Câmaras onde existiam maiorias relativas.**
- **A APU não só não perdeu nenhuma Câmara (tendo sido a única força política a conseguí-lo) como conquistou mais cinco: três ao PSD (Elvas, Ourique e Mourão) e duas ao PS (Vila do Bispo e Nisa), tendo igualmente conquistado a maioria em mais cerca de 50 freguesias.** **(Pág. 3 – 9)**

DERROTA DA «AD» IMPÕE DEMISSÃO DO GOVERNO E ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A derrota da «AD» e a vontade democrática revelada nas eleições colocam uma vez mais na ordem do dia a urgente e imperiosa necessidade de demissão do Governo «AD» e convocação de eleições antecipadas para a Assembleia da República.

«AD» perde mais de 600 000 votos entre 1980 e 1982

A comparação entre as votações obtidas pela «AD» no domingo e as eleições de 1980, evidenciam a clamorosa derrota sofrida: mais de 600 mil votos perdidos! De tal modo que, se as eleições de 12 de Dezembro fossem legislativas, a «AD» perderia 17 deputados, ficando com 117, a APU ganharia 10, ficando com 51, o PS (mais UEDS) ganharia 8, ficando com 82, perdendo a UDP o seu deputado. Resultado: a «AD» ver-se-ia claramente despojada da sua maioria!

Nesta edição:

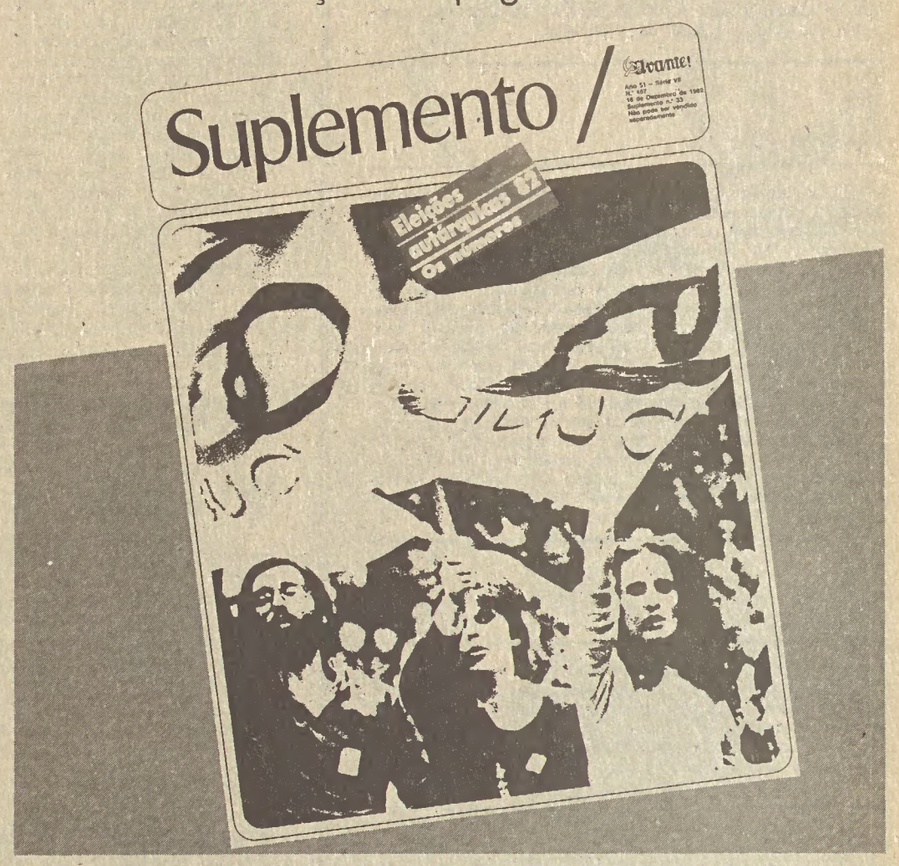
Nota da Comissão Política sobre as eleições de 12 de Dezembro – pág. 3

Depoimentos das Organizações Regionais – págs. 6,7 e 8

Mapas sobre a votação na APU – pág. 4

As cinco novas Câmaras APU – pág. 5

A RTP e as eleições – pág. 9



COMÍCIO EM LISBOA

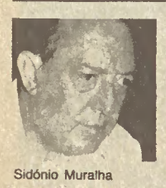
O assassinato de Dias Coelho será evocado no próximo domingo com um comício-homenagem em Alcântara. **Pág. 2**

SEMANA

7
Terça-feira

Acumulam-se os protestos públicos contra a estranha detenção de Sérgio Godinho no Brasil já há mais de 20 dias, sem que o Governo «AD» se mostre particularmente preocupado com a situação ■ Na sequência da passagem de uma caravana eleitoral da «AD», são disparados três tiros de arma de guerra contra o Centro de Trabalho do PCP em Loures; minutos antes a referida caravana, através da sua instalação sonora, proferiria insultos e provocações contra a APU e os comunistas ■ Morrem 16 pessoas e mais de 50 ficam feridas num atentado à bomba numa discoteca de Londonderry, na Irlanda do Norte, ocupada por tropas britânicas; o atentado foi reivindicado pelo «Exército Nacional de Libertação» ■ O marechal Dimitri Ustinov, ministro de Defesa da URSS, anuncia que o seu país instalará no seu território novos mísseis balísticos se a administração Reagan for para a frente com a instalação dos mísseis MX.

8
Quarta-feira


Sidónio Muralha

Morre no Brasil, vítima de doença súbita, o escritor português Sidónio Muralha. Tinha 57 anos e foi um dos nomes destacados do movimento neo-realista, na poesia ■ Cerca de 400 sargentos das Forças Armadas da área de Lisboa, reunidos na Cova da Piedade, manifestam apoio à posição do Presidente da República, general Ramalho Eanes, perante a Lei de Defesa Nacional ■ O S.L. e Benfica vence, na Luz, o F.C. de Zurique por 4-0, passando aos quartos de final, da Taça UEFA ■ A Agência noticiosa AIM informa que tropas racistas sul-africanas penetraram na passada segunda-feira em território moçambicano, ferindo 16 pessoas antes de serem forçadas a retirar ■ É noticiado que a Câmara dos Representantes dos EUA, votou ontem contra a proposta para a atribuição de 988 milhões de dólares para a produção inicial do míssil MX.

9
Quinta-feira

J. E. dos Santos

O Presidente da República regressa a Lisboa após uma visita oficial de sete dias às Repúblicas da Guiné-Bissau e Argélia ■ Inicia-se pela manhã em Lisboa uma concentração de trabalhadores de nove grandes empresas da margem sul, tendo os cerca de 15 000 manifestantes desfilado pelas principais artérias da **baixa** alfacinha e feito concentrações junto à sede do Governo, em S. Bento; exigência fundamental: trabalho e o pagamento dos salários ■ Segundo nota do PCP, o Governo «AD» falsificou o «Diário da República» para tentar «legalizar» uma medida ilegal anteriormente assumida e destinada a retirar parte do subsídio de Natal aos reformados e pensionistas; concretamente «fez imprimir e distribuir em 7 de Dezembro um Suplemento ao 'Diário da República', que datou de 30 de Novembro, e onde publicou com outro número o mesmo decreto-lei com que, em 2 de Dezembro, procurara revogar a legislação de 1974 que garantia os direitos dos reformados»; o Grupo Parlamentar do PCP apresentou já na AR um requerimento para revogação daquele diploma governamental ■ Segundo a rádio local, o Exército de Suriname assumiu ontem «o controlo do país» para «evitar o caos e o derramamento de sangue» ■ O CC do MPLA-PT reafirma a determinação angolana em rejeitar «as tentativas da actual administração norte-americana de estabelecer uma ligação ou um paralelismo entre o processo de descolonização da Namíbia e a retirada das forças internacionalistas cubanas da República Popular de Angola».

10
Sexta-feira

RA protesta em Évora

O Grupo Parlamentar do PCP apresenta na AR um projecto de lei visando a criação da comarca da Amadora ■ Cerca de 4000 trabalhadores da Reforma Agrária, com perto de cem tractores, reboques e camionetas, concentram-se frente às instalações da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, em Évora, como forma de protesto contra a ofensiva prosseguida pelo Governo no sentido de destruir aquela conquista da Revolução ■ A CGTP-IN denuncia que a proposta de Lei de Orçamento do Estado elaborada pelo Governo é «uma verdadeira afronta aos trabalhadores e a outras camadas desfavorecidas» e «só contribuirá para agravar a crise que o País enfrenta» ■ Termina em Pequim a sessão plenária da Assembleia Nacional chinesa com a aprovação do sexto plano quinquenal e a anulação da comuna como unidade de produção ■ Os cosmonautas soviéticos Anatoli Berezovoi e Valentin Lebediev regressam à Terra depois de terem permanecido 211 dias no espaço, a bordo da estação orbital «Saliut-6», estabelecendo um novo recorde de estadia consecutiva no Cosmos ■ A Câmara dos Representantes dos EUA aprova por unanimidade uma resolução proibindo a administração Reagan de utilizar fundos do Pentágono para tentar derrubar o regime sandinista ou provocar um conflito militar entre as Honduras e Nicarágua ■ Confirma-se a morte de 75 crianças nicaraguenses, que viajavam num helicóptero que foi abatido ontem por forças contra-revolucionárias somozistas que actuam a partir das Honduras.

11
Sábado

Os professores primários, através das suas organizações sindicais, dirigem uma carta aberta ao Governo onde solicitam que este lhes diga, concretamente, em que data tenciona pagar-lhes os 900 mil contos que lhes deve há três anos; o ministro da Educação afirmara em Setembro passado na RTP-2 que o seu ministério já tinha a verba cativa e que o seu pagamento era uma questão «de dias» ■ Oito mil participantes na Marcha da Resistência para o regresso das pessoas desaparecidas desfilam pacificamente pelas ruas de Buenos Aires durante 24 horas, sem no entanto poderem entrar na Praça Primeiro de Maio, cujo acesso tinha sido proibido pela polícia e era o local inicialmente previsto para a manifestação ■ A Comissão Social das Nações Unidas aprova duas resoluções exprimindo a sua inquietação ante a persistência das violações dos direitos do homem no Chile, na Guatemala e em El Salvador ■ A Comissão das Nações Unidas sobre o direito do mar recolhe na Jamaica a assinatura de 119 países, resultando de nove anos de trabalhos preparatórios.

12
Domingo

Eleições gerais autárquicas em Portugal: a «AD» sofre grande revés, descendo para 42% e perdendo várias Câmaras e maiorias absolutas; a APU consolida posições e conquista cinco novas Câmaras e o PS regista uma subida e a reconquista de alguns municípios perdidos nas anteriores eleições ■ Em intervenção na televisão e na rádio, o general Jaruzelski anuncia o próximo fim do estado de sítio na Polónia.

13
Segunda-feira

A imprensa noticia que Pinto Balsemão admitiu na Comissão Política do PPD/PSD a eventualidade de abandonar o Governo para se dedicar à «liderança partidária», mas a referida CP convencê-lo-ia a continuar para evitar «imagem pública de derrota» ■ A notícia da instalação na Grã-Bretanha de um «Quartel General de Recurso das Forças Americanas na Europa» destinado a substituir o de Estugarda (na RFA), provoca grande agitação nos meios políticos oeste-alemães ■ Yasser Arafat, presidente da OLP, reúne-se em Amã com as autoridades jordanas para ultimar o projecto sobre o Médio Oriente que o rei Hussein apresentará ao presidente Reagan.

Editorial

ELEIÇÕES DE DOMINGO APONTAM: «AD» PARA A RUA

Os resultados das eleições autárquicas de domingo último exprimem, na sua grandeza numérica e política, uma pesada derrota eleitoral da Aliança reaccionária.

Os números definitivos já praticamente conhecidos confirmam em termos globais um fenómeno político verificado em termos parciais ao longo dos últimos dois anos, depois das eleições de 7 de Dezembro de 1980 para a Presidência da República, isto é, a «AD», estrondosamente derrotada, entrou em progressiva deterioração e declínio.

Como projecto político, como maioria parlamentar, como coligação governante a «AD» tem os dias contados.

Uma característica particular e importante deste fenómeno de definhamento político deve, porém, desde já reter-se: a queda eleitoral da «AD» não é apenas nem essencialmente quantitativa.

Sem dúvida as perdas sofridas relativamente às eleições autárquicas de 1979 e ainda mais às legislativas de 1980 representam uma queda substancial em termos de quantidade.

Os resultados de domingo, são nesse sentido concludentes: menos 204 mil votos que em 1979, menos 700 mil que em 1980!

Mas é sobretudo em termos qualitativos que as perdas eleitorais da «AD» assumem expressão conclusiva.

A tese da ilegitimidade institucional do Governo «AD», de há muito fundamentada e avançada pelo PCP, e depois perfilhada por toda a oposição democrática, recebeu agora uma confirmação clara e dela devem ser tiradas as necessárias conclusões políticas e estas apontam irrefutavelmente para a demissão urgente do Governo Balsemão-/Freitas do Amaral, para a dissolução da Assembleia da República, para a formação de um governo de gestão idóneo, para a realização de eleições antecipadas nos prazos constitucionais de 90 dias.

São condições indispensáveis a uma alternativa democrática de política e de Governo que se tornaram imperiosas depois das eleições de domingo.

Convém salientar-se que a questão da ilegitimidade da equipa governante actual começa a ser admitida pelos próprios dirigentes da Aliança reaccionária à medida que os resultados definitivos se vão precisando.

Fazem-no compreensivelmente em termos de sobrevivência política, em termos de luta pela vida dos partidos da coligação governante.

Freitas do Amaral deixou fugir a boca para a verdade quando, logo à raíz do apuramento de resultados que apontavam já para uma séria derrota da «AD» mas ainda convencido de que a votação «AD» subiria a 44 ou 45%, admitia que uma descida para baixo de 43 por cento significaria «um desaire eleitoral».

Agora, conhecidos já os 42,5 por cento para as Câmaras, os 42 para as Assembleias Municipais e os 41,9 para as Assembleias de Freguesia, a direcção do CDS que tenta desesperadamente salvar-se da barca arrombada da «AD», fala já de queda na «zona crítica» e de necessidade de uma «profunda reflexão sobre a Aliança "Democrática"»...

As teorias mais absurdas e hilariantes são postas em circulação pelos dirigentes e comentaristas políticos da direita e da extrema-direita, primeiro para prevenir a derrota da «AD», depois para justificá-la.

Na véspera mesmo das eleições, o ministro Rebelo de Sousa, em nítido desfazamento com Balsemão depois do episódio Alfaia, abandona o Governo.

Balsemão e Freitas do Amaral, outros dirigentes e parlamentares da «AD» procuraram em vão esvaziar de conteúdo político as eleições autárquicas.

«As eleições do dia 12 não representam um teste político para o Governo mas sim à implantação local dos partidos» – avança, à cautela, Freitas do Amaral. Mas depois de conhecidos os resultados já os admite claramente como teste político da coligação governante.

Perante a sangria de votos na «AD» o ministro Lucas Pires faz humor negro: «Estamos no purgatório e não no inferno» – diz ele.

E, contudo, é «o inferno» que se abre aos pés da Aliança reaccionária e as justificações para a derrota chovem agora.

Uma delas é a da «erosão do Poder» – uma outra a da má direcção de Balsemão.

Detenhamo-nos um pouco nestas duas justificações da «AD» para o seu «desaire eleitoral» de domingo, como pudicamente Freitas do Amaral lhe chamou.

Em primeiro lugar, a «erosão do Poder», erigida pelos barões da «AD» como consequência fatal para qualquer força que assuma o Governo, ilude a questão fundamental do tipo de Poder e de política concreta que se realiza.

Só se desgastam no Poder os governos que realizam – como o da «AD» – uma política contra o Povo e o País.

O Governo «AD» trouxe ao Povo português, em particular aos trabalhadores, o agravamento brutal das suas condições de vida; protegeu os grandes possuidores do capital contra as classes e camadas economicamente mais débeis; agravou o desemprego e deu incentivos à repressão patronal; tentou impor «tectos salariais» e nunca impôs tecto nenhum para os preços; favoreceu os grandes intermediários, estabelecendo preços de ruína para os pequenos e médios produtores agrícolas e impondo preços incomportáveis ao consumidor; abriu as fronteiras à produção estrangeira contra a produção nacional; elevou os impostos sobre a grande massa dos que labutam e produzem e transferiu para o bolso dos grandes capitalistas expropriados pela Revolução de Abril mais de 90 milhões de contos dos fundos e títulos congelados; desencadeou contra as empresas públicas e nacionalizadas e contra a Reforma Agrária uma ofensiva destruidora.

A «erosão» do Governo «AD» é o resultado desta política e da tenaz resistência dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, dos intelectuais, das massas populares contra a criminosa administração de classe dos governantes da «AD».

Na derrota eleitoral de domingo pesou decisivamente o voto dos trabalhadores, cujas lutas exerceram, na conjuntura política, uma influência poderosa e determinante.

Os governos «AD» trouxeram ao País o endividamento externo numa escala sem precedentes; o agravamento excepcional da crise económica e financeira; a dependência nacional mais servil aos interesses económicos e aos objectivos estratégicos do imperialismo.

A dependência de Portugal custa já a cada português mais de 115 contos de débito ao estrangeiro; a «AD» empenhou gerações futuras de portugueses aos usurários do capital estrangeiro, pôs sob o domínio das multinacionais e das potências capitalistas mais poderosas a direcção da nossa economia, condena o País ao subdesenvolvimento ditado pelos interesses de rapina do imperialismo.

O OGE, que Balsemão escamoteou ao exame do Parlamento nos prazos constitucionais, (devia tê-lo apresentado até 15 de Setembro e só o entregou nas vésperas das eleições devido à interpelação do PCP, facto que mentirosamente esconde) é um verdadeiro documento de falência, desordem e ruína financeira.

Balsemão e Freitas do Amaral (este vindo há pouco de uma reunião da NATO) tramam a submissão ainda mais abjecta de Portugal aos objectivos estratégicos e às aventuras de guerra do imperialismo.

O Primeiro-Ministro foi agora (logo após e não antes das eleições) negociar com a administração Reagan a utilização de bases portuguesas pelos Estados Unidos, a compra por Portugal de material de guerra já fora de uso dos arsenais norte-americanos, sob a eufemística justificação de modernização das Forças Armadas portuguesas.

Balsemão e Freitas esconderam antes das eleições e aprestam-se agora a negociar depois delas nos Estados Unidos o envio de um corpo expedicionário de 2000 homens para o Líbano como carne de canhão no reinado terrorista implantado pelos sionistas de Israel no Próximo Oriente e à custa do Orçamento português. O nosso Povo não pode aceitar esta transacção contra o País.

Esta política antipopular e antinacional dos Governos «AD» está naturalmente na base da sua «erosão do Poder».

As eleições autárquicas e o reforço da APU nas autarquias que dirige são um desmentido prático à teoria da «erosão». A política das autarquias APU em defesa dos interesses das populações locais não só não as «desgastou no poder» como lhes grangeou o apoio popular acrescido e entusiástico.

A justificação da má direcção de Balsemão, que parte principalmente dos seus parceiros da «AD», e é também partilhada em certa medida pelo PS, pretende fazer do Primeiro-Ministro o bode expiatório de uma política de desastre nacional cuja responsabilidade é evidentemente de natureza colectiva, de todo o Governo, de toda a «AD».

É fora de dúvida que Balsemão é um político inepto, que recorre à trapaça, que não tem condições para timonar a barca da reacção.

Mas Balsemão é ele próprio um produto e a imagem da «AD» e das forças reaccionárias detentoras do Governo e da maioria parlamentar, o seu projecto político é o da «AD», o seu «estilo» como governante é o estilo político da «AD».

Freitas do Amaral insinua que as culpas da derrota eleitoral são de Balsemão mas ninguém ignora que o presidente do CDS compartilha inteiramente da conduta e da política do Governo.

Eurico de Melo, Cavaco e Silva, Macedo, Mota Pinto e outros carregam sobre o actual Primeiro-Ministro mas quem os não conhece de ginjeira pela sua acção como governantes, como inimigos consequentes dos trabalhadores e compartes, na gestação da crise que hoje se abate sobre o País?

Não é apenas Balsemão que deve deixar o Governo, é toda a «AD» que deve ser corrida do Poder, é a própria política da «AD» que é preciso travar, é toda a prioridade de interesses que norteia a política da «AD» e do seu Governo que deve ser invertida.

Este é um imperativo claro do voto de domingo dos portugueses que nenhum expediente de baixa política pode negar.

O PS que viu a sua votação subir à custa da falência da «AD» e do voto de muitos portugueses iludidos que em 79 e 80 votaram na «AD» e de reaccionários e cidadãos pouco esclarecidos que votaram no PS como forma de contrariarem os previsíveis avanços da APU; o PS que viu regressar alguns dos seus eleitores transviados que acreditaram agora nas declarações formais anti-«AD» do dr. Mário Soares e na falsa concepção do PS como única alternativa à «AD», o PS – diziamos – está agora colocado ante a confiança que nele depositaram muitos portugueses de recta intenção.

Que caminho vai agora seguir o PS? Que política de alianças vai ser a sua, uma vez que a concepção de única alternativa à «AD» é uma meta inviável para as ambições dos dirigentes socialistas?

Prosseguir a aliança com a «AD» que tem sido a orientação do seu secretário-geral?

O triunfalismo pela subida dos votos socialistas pode impressionar os políticos da direita mas não ilude as forças democráticas mais consequentes.

As declarações de amor de Abecasis e os olhares blandiciosos dos deputados do PSD e mesmo do CDS para a bancada socialista durante o debate da declaração política do Grupo Parlamentar do PCP acerca das eleições de domingo, podem dar ao PS uma falsa noção de alternativa.

As eleições de domingo mostram que a alternativa de Governo e de política à «AD» só pode assentar na larga convergência dos democratas portugueses, de comunistas, de independentes, de socialistas e de democratas que buscam para se exprimirem opções políticas num novo espaço disponível.

O PCP defende uma tal alternativa como uma força que integrada na APU obteve um êxito eleitoral assinalável.

A APU subiu em valores absolutos e em percentagem nas eleições de domingo; os objectivos que assinalara foram alcançados.

Contra a formidável campanha da reacção, as provocações diárias, a escandalosa manipulação dos órgãos de comunicação social de massa, como a TV de Proença, a APU viu reforçadas as suas maiorias absolutas e relativas nas autarquias locais, viu aumentadas de 50 para 55 as câmaras sob a sua presidência, as quais cobrem cerca de 30% do território nacional; na capital do País aumentou a sua participação como a segunda força na Assembleia Municipal; alcançou 21% dos votos em todo o território nacional.

A APU é uma força que não somente não pode ser ignorada como é indispensável a uma alternativa democrática.

O PCP integrado na APU, encara o futuro imediato com redobrada confiança.

PCP

PCP saúda 11.º Congresso do Partido Comunista da Grécia

O 11.º Congresso do Partido Comunista da Grécia iniciou-se na passada terça-feira e prolonga os seus trabalhos até ao próximo domingo. O PCP encontra-se representado pelo camarada Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.
O CC do PCP enviou ao CC do PCG uma saudação na qual se começa por afirmar:

A realização do 11.º Congresso do Partido Comunista da Grécia reveste-se de uma grande importância, não só para os comunistas, mas para a classe operária, para os trabalhadores, para os patriotas e todos os progressistas da Grécia. O Comité Central do PCP, em nome dos comunistas portugueses e certo de interpretar os sentimentos dos trabalhadores de Portugal, saúda fraternalmente todos os delegados ao vosso 11.º Congresso e por seu intermédio todos os militantes e simpatizantes do PCG.

O Partido Comunista da Grécia, partido revolucionário da classe operária grega, actuando incansavelmente em defesa dos interesses e aspirações das massas trabalhadoras, lutando pela cooperação e unidade de todas as forças democráticas, anti-monopolistas e anti-imperialistas vê crescer as suas fileiras, alargar o seu prestígio e influência entre as massas, afirma-se como uma grande força política nacional indispensável para a concretização das profundas aspirações do povo grego a uma verdadeira mudança.

É com grande atenção e espírito solidário que em Portugal seguimos a luta dos nossos camaradas gregos e foi com a maior alegria que saudámos o grande sucesso alcançado pelo PCG nas recentes eleições para as autarquias locais e a sua decisiva contribuição para a derrota das forças da direita. A vossa luta e os vossos sucessos constituem um incentivo e uma contribuição para a nossa própria luta.

No momento em que o PCG realiza o balanço da sua actividade revolucionária e traça a orientação para a sua acção futura, desejamos expressar-vos a nossa activa solidariedade à vossa luta em defesa dos interesses da classe operária e das amplas massas, por um governo democrático apoiado em todas as forças de mudança, por transformações antimonopolistas e anti-imperialistas que efectivamente abram ao povo grego o caminho do socialismo. Expressamos os nossos votos de grande sucesso à luta dos comunistas e outras forças democráticas e patrióticas da Grécia pela saída da Grécia da OTAN e da CEE, pela retirada imediata das armas nucleares e liquidação das bases militares estrangeiras do território grego, em defesa da independência nacional e por uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos.

Depois de uma referência à situação em Portugal, a saudação prossegue:

Ao mesmo tempo o PCP denuncia a corrida aos armamentos desencadeada pelo imperialismo e as tentativas para liquidar as conquistas do desanuviamento, luta por medidas urgentes de limitação e redução dos armamentos e em primeiro lugar os de destruição massiva, opõe-se com firmeza à instalação na Europa dos novos mísseis nucleares norte-americanos, condena a política de intervenções e agressões conduzida pela administração Reagan no Médio Oriente, na América Central, na África Austral, em numerosos países e regiões do mundo.

O PCP aponta e denuncia o imperialismo norte-americano e os círculos mais reaccionários da NATO, como responsáveis pelo perigoso agravamento da tensão internacional. Insiste em que a ofensiva do imperialismo não resulta do seu fortalecimento antes é expressão do aprofundamento da crise em que o sistema capitalista se debate. Sublinha a importância das vitórias históricas alcançadas pelos trabalhadores e os povos de todos os continentes na luta pela sua emancipação nacional e social. Põe em relevo o papel fundamental da URSS, e dos países socialistas, das suas realizações, da sua política de paz e de solidariedade internacionalista. Expressa a sua activa solidariedade a todos os povos que lútam contra o imperialismo, o colonialismo e o neo-colonialismo, o fascismo e o racismo, pela independência nacional, o progresso social, a democracia e o socialismo.

O PCP considera que para fazer recuar a ofensiva de guerra e agressão do imperialismo, defender a paz e assegurar o prosseguimento do processo revolucionário é de importância fundamental o fortalecimento da unidade do movimento comunista internacional, assim como o fortalecimento da amizade e solidariedade recíproca das grandes forças revolucionárias: a URSS e os países socialistas, o movimento operário dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional e os países progressistas.

E a saudação termina:

Queridos camaradas,

Renovando os votos dos maiores sucessos aos trabalhos do 11.º Congresso do PCG, expressamos a nossa vontade de continuar a agir para que os laços de amizade, cooperação e solidariedade que unem os nossos dois partidos se reforcem ainda mais, com base nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, no interesse dos nossos dois países e da unidade do movimento comunista internacional.

Homenagem a Dias Coelho

Na passagem de mais um aniversário sobre a morte do camarada José Dias Coelho, barbaramente assassinado pela polícia política do fascismo, a PIDE, realiza-se no próximo domingo, dia 19, em Lisboa, uma sessão pública de homenagem à memória do militante comunista.

A iniciativa, que inclui um grande comício, às 15 horas, com a participação de José Casanova, dirigente do PCP, decorrerá na Rua José Dias Coelho, em Alcântara, freguesia lisboeta com enraízadas tradições de luta democrática e que no passado dia 12 optou claramente pela Aliança Povo Unido.

Iniciativas

Dia 21, terça-feira – Reunião de quadros do Comité Local de Lisboa (membros de OD's, de secretariados de células de empresa e de comissões de freguesia), às 20 e 30, no CT Vitória, na Avenida da Liberdade. Participação do camarada José Casanova, membro da Comissão Política do Comité Central. Na ordem de trabalhos, a «análise da situação política depois das eleições».

Segunda-feira, dia 20 – Plenário de militantes comunistas da Banca e Seguros de Lisboa, no CT Vitória, a partir das 17 e 30, com José Casanova.

Quarta-feira, dia 22 – Comício com José Casanova, às 21 e 30, nos Bombeiros de Queluz.

Prisões no Brasil condenadas pelo PCP

1. Foi com profunda indignação que os comunistas portugueses tomaram conhecimento da prisão pela Polícia Militar e pela Polícia Federal Brasileira de numerosos membros do Partido Comunista Brasileiro, entre os quais o seu Secretário Geral, Giocondo Dias, e outros membros do Comité Central.

2. Esta brutal acção repressiva do governo ditatorial brasileiro contra o PCB levada a cabo pouco tempo após o grande sucesso do PMDB e outras forças democráticas nas eleições de 15 de Novembro, não só constitui uma flagrante manifestação anticomunista como suscita as mais fundadas interrogações sobre o modo como o actual poder encara o processo de democratização que lhe foi imposto pela luta dos trabalhadores e dos democratas brasileiros.

3. O PCP denuncia e condena firmemente estas medidas repressivas e reclama a imediata libertação dos comunistas brasileiros agora presos bem como de quaisquer outros democratas e antifascistas.

4. O PCP denuncia o silêncio cúmplice do Governo AD face às flagrantes violações de direitos democráticos mais elementares pelo regime ditatorial brasileiro, atitude que é tanto mais escandalosa quando delas são vítimas cidadãos portugueses como é o caso do cantor Sérgio Godinho.

5. O PCP exprime a sua activa solidariedade à luta dos comunistas e de outros democratas brasileiros pela legalização do PCB, pelo fim de todas e quaisquer discriminações anticomunistas e pela efectiva democratização do seu país.

14/12/82 *A SIP do PCP*

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL.* Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - 1000 Lisboa Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL.* **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 – 2.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedrulha – 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A – 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impreso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem média do mês de Novembro: 47 787

Nacional

As eleições de 12 de Dezembro

1. Os resultados conhecidos das eleições do dia 12 de Dezembro, embora ainda não completos, constituem uma séria derrota da «AD», confirmando uma significativa redução da sua base de apoio.

As grandes perdas da «AD» (perdas catastróficas se os resultados são comparados com os das eleições de 1980), confirmam o descontentamento e indignação do povo português pela política e a actuação da «AD» tanto nos órgãos autárquicos como no Governo.

Comprova-se a vontade crescente do povo em libertar-se do Poder central e local nas mãos da «AD».

2. A APU regista uma importante vitória. Os objectivos eleitorais da APU foram no essencial alcançados. A APU reforçou as maiorias absolutas já existentes. Alcançou maioria absoluta em Câmaras Municipais onde existiam maiorias relativas. Conquistou a maioria em cinco novas Câmaras (duas ao PS – Vila do Bispo e Nisa – e três ao PSD – Elvas, Ourique e Mourão) e em cerca de 50 freguesias. Reforçou consideravelmente as suas posições em importantes concelhos e freguesias.

Os resultados das eleições e a dinâmica da campanha de massas, mostram que a APU é uma força política poderosa e essencial para a defesa dos interesses do povo e da democracia e a solução dos grandes problemas nacionais.

3. O avanço do PS tem causas muito contraditórias: descontentamento contra o governo «AD», recuperação de votos anteriormente perdidos, «voto útil» de democratas contra a «AD», «voto útil» de reaccionários contra a APU, etc. A votação no PS não traduz pois uma aprovação à orientação da direcção do PS e encerra em si fortes factores de ulteriores conflitos internos.

4. A elevada abstenção, que deve ter subido a cerca de 2 milhões de eleitores, ponderada com factores conjunturais e locais determinantes do voto, confirmam a existência de uma grande parte do eleitorado que não encontra no actual quadro partidário a tradução da sua opção política.

5. A derrota da «AD» e a vontade democrática revelada nas eleições, coloca uma vez mais, com motivos novos e reforçados, a necessidade da urgente demissão do governo «AD» e a convocação de eleições antecipadas para a Assembleia da República.

6. Os resultados das eleições são para os trabalhadores, para o povo português, para os democratas, motivo de confiança em que, com a luta, conseguirão derrotar definitivamente a «AD» e afastá-la do Poder, encontrarão uma saída para a crise e alcançarão uma alternativa democrática ao Governo actual.

7. A Comissão Política saúda calorosamente todos os candidatos da APU eleitos para os órgãos autárquicos, todas as organizações e militantes que, com o seu extraordinário trabalho, contribuiram para o sucesso da APU. Saúda o MDP, partido aliado na APU, e os democratas independentes que participaram nas listas e na campanha, certa de que a magnífica unidade revelada se manterá e reforçará na luta futura.

8. A Comissão Política resolveu convocar uma reunião plenária do Comité Central para o dia 18 de Dezembro, tendo como ordem de trabalhos «As eleições autárquicas e a situação política».

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

13.12.82

Boas perspectivas onde a APU ficou perto da vitória

O avanço da Aliança Povo Unido nas eleições do passado dia 12 não se pode medir ou, pelo menos, encarar exclusivamente na base das importantes vitórias alcançadas nas freguesias (mais de três centenas e meia, de Norte a Sul do País) e nas Câmaras (55) e Assembleias Municipais. Tem-se em conta, como é natural, que é para estas vitórias – sem dúvida de grande significado no plano nacional – que a opinião pública e os sectores democráticos dirigirão as suas principais atenções. E compreende-se que assim seja, pois é nesses órgãos autárquicos que decorrerá, em termos de quantidade e qualidade, um trabalho verdadeiramente empenhado.

Só que, entretanto, é preciso não «esquecer» que a Aliança Povo Unido subiu, de uma maneira geral, onde não venceu. Assim aconteceu em muitas autarquias «AD» e PS, registando-se em muitos casos aumentos substanciais, reveladores duma crescente afirmação de prestígio da APU entre as populações, ao mesmo tempo que confirmando boas perspectivas para um futuro que daqui a três anos volta a bater à porta.

Deve-se sublinhar, à propósito, que em vários daqueles casos a Aliança Povo Unido ficou afastada da vitória por escassas centenas de votos, tanto a nível das votações para Assembleias de Freguesia como mesmo para Câmaras e Assembleias Municipais. Uma consulta aos quadros de resultados eleitorais e aos depoimentos das Direcções Regionais do PCP que publicamos nesta edição dará uma ideia pormenorizada dessas situações.

Desde já, e em relação aos Municípios, saliente-se a pequena margem de votos que separou a APU da força vencedora nos casos de Almodovar (distrito de Beja), Belmonte (Castelo Branco), Sintra (Lisboa) onde a APU subiu milhares de votos, Crato (Portalegre) e Alter do Chão (Portalegre). Nesta última, a Aliança Povo Unido ficou apenas a cem votos da vitória.

Encontramos também situações idênticas em várias freguesias do País, a começar por Lisboa.

Aqui, por exemplo, a APU só por uma pequena margem de votos não alcançou a vitória em **S. Maria dos Olivais** (onde a «AD» pode agradecer o «jeito» à UDP, que teve 395 votos, enquanto a APU ficou a 353 do 1.º lugar!), **Santiago, S. Vicente, Prazeres** e **Campolide**.

RESULTADOS NACIONAIS

	Câmaras Municipais		Assembleias Municipais		Assembleias de Freguesia	
	Votos	%	Votos	%	Votos	%
APU	1 061 490	20.7	1 076 740	21.0	1 085 127	21.3
PS*	1 632 538	31,8	1 630 952	31,8	1 582 972	31
AD*	2 183 289	42.5	2 157 669	42.0	2 136 371	41.9

* (AD+PSD+CDS+PPM+UD) * (PS+PS/UEDS)

Resultados correspondentes a 4047 freguesias (total 4050) e 303 concelhos (total 305)

«Povo Unido» em mais freguesias

Ao nível das freguesias, as eleições autárquicas do passado dia 12 de Dezembro de 1982 assinalaram um notável reforço da Aliança Povo Unido, em três «dimensões»:

- **Aumentou a sua votação e os seus eleitos em autarquias que não venceu;**
- **Passou agora a maioria absoluta em diversas freguesias onde já era a principal força;**
- **Obteve vitórias em dezenas de localidades onde até agora eram a AD ou o PS as forças dominantes.**

Numa palavra: há, sem dúvida, um balanço muito positivo dos resultados eleitorais da Aliança Povo Unido nas freguesias, condição fundamental para o desenvolvimento dum trabalho activo, coerente e aplicado na defesa dos interesses das comunidades, na luta contra as múltiplas carências que aí se sentem.

Força já maioritária em 315 freguesias, embora tenha agora perdido num ou outro caso, a Aliança Povo Unido registou vitórias importantes em mais cerca de meia centena de Assembleias de Freguesia, em variados pontos do País, nomeadamente nos distritos de Lisboa (com uma subida muito acentuada), Porto, Faro, Aveiro, Braga, Viana do Castelo, Évora, Portalegre, Guarda e Castelo Branco.

Salientamos, a propósito, que os depoimentos prestados ao «Avante!» pelas Direcções Regionais do PCP do Continente e das Regiões Autónomas, os quais publicamos nesta edição, dão bem uma ideia do que foi o reforço da Aliança Povo Unido nas freguesias dos respectivos distritos.

a mais bela prenda de um comunista

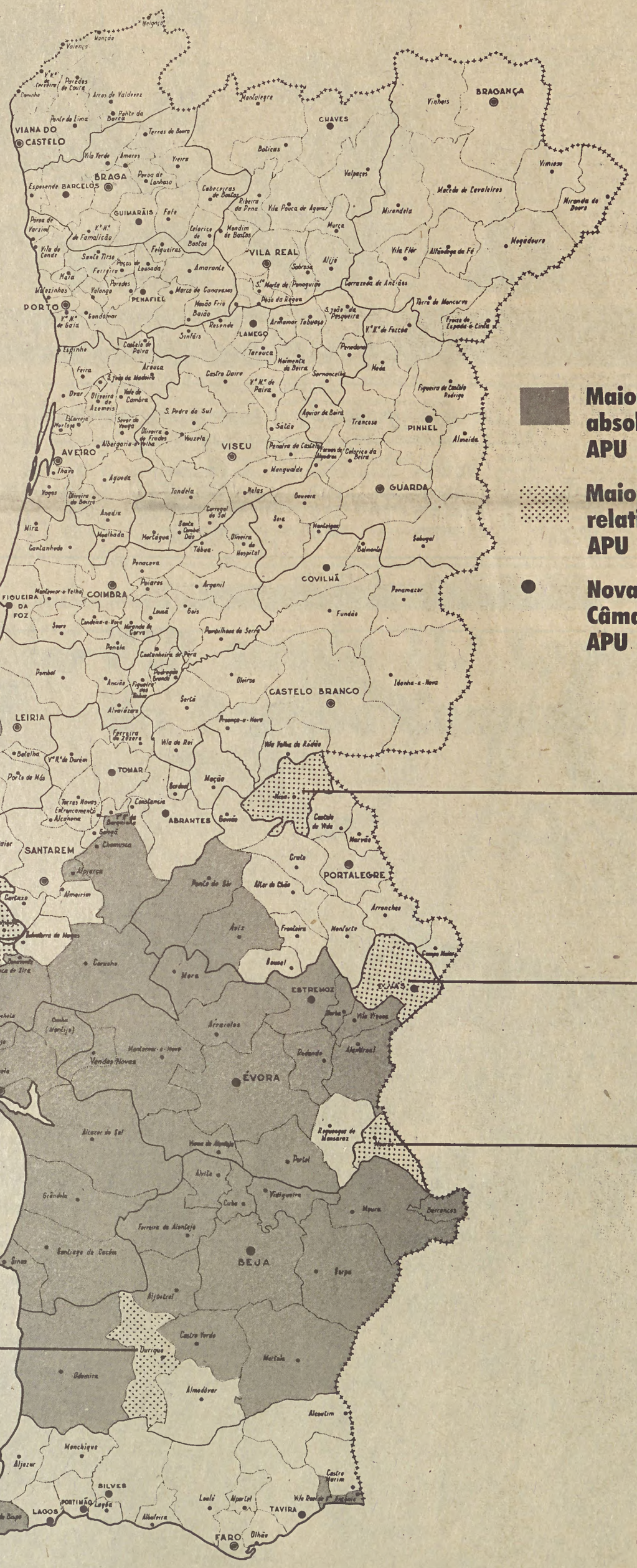
Um belo livro
que é ao mesmo tempo uma obra de arte,
um repositório de conhecimentos
sobre a luta do nosso Povo
e da história do PCP
e um valioso objecto de estudo,
informação e formação.

Proletários de todos os países: UNI-VOS! Avante!

Nacional

Situação actual das Câmaras APU

Das cinco novas Câmaras conquistadas pela APU, uma (Vila do Bispo) foi-o logo com maioria absoluta! O mapa junto assinala precisamente não só o total das Câmaras APU como também o respectivo tipo de maioria (absoluta ou relativa). Igualmente interessante seria fazer um tipo de mapa semelhante no que se refere a freguesias, pois facilmente se poderia então verificar que o aumento de influência da APU se regista um pouco por todo o País – mas isso fica para outra oportunidade.



Eleições autárquicas 1976

Eleições autárquicas 1979

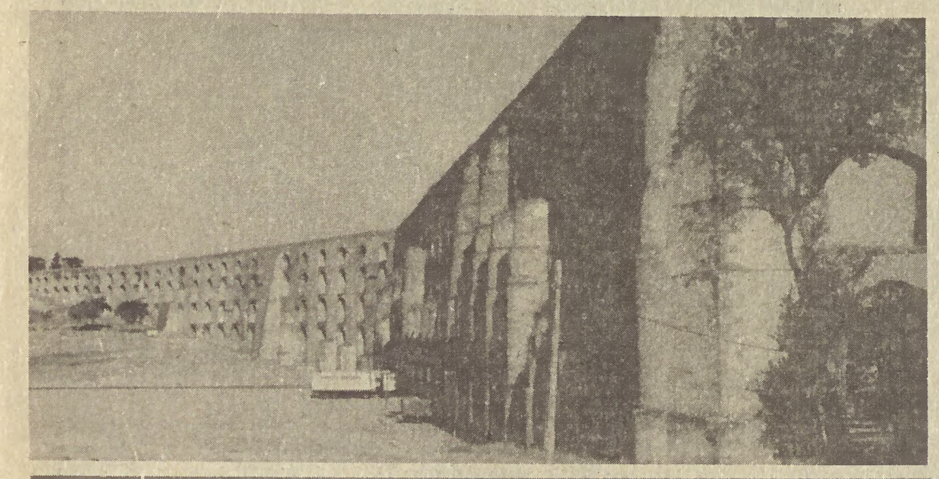
Eleições autárquicas 1982

Nacional

Cinco novas Câmaras APU

Há mais cinco Câmaras Municipais de gestão encabeçada pela APU no nosso país, a somarem-se às 50 já existentes. São elas Ourique (distrito de Beja), Mourão (distrito de Évora), Elvas e Nisa (distrito de Portalegre) e Vila do Bispo (distrito de Faro). Esta última conquistada com maioria absoluta. Todas conseguidas na base do prestígio de uma coligação – a Aliança Povo Unido – que soube honrar em todo o País o lema com que se apresentou ao eleitorado: «Trabalho, Honestidade, Competência». Todas, enfim, dando conta que a verdade e a dedicação aos interesses reais das populações são o único caminho para o futuro.

Avançamos aqui alguns dados sobre as novas Câmaras APU e uns breves comentários.



ELVAS

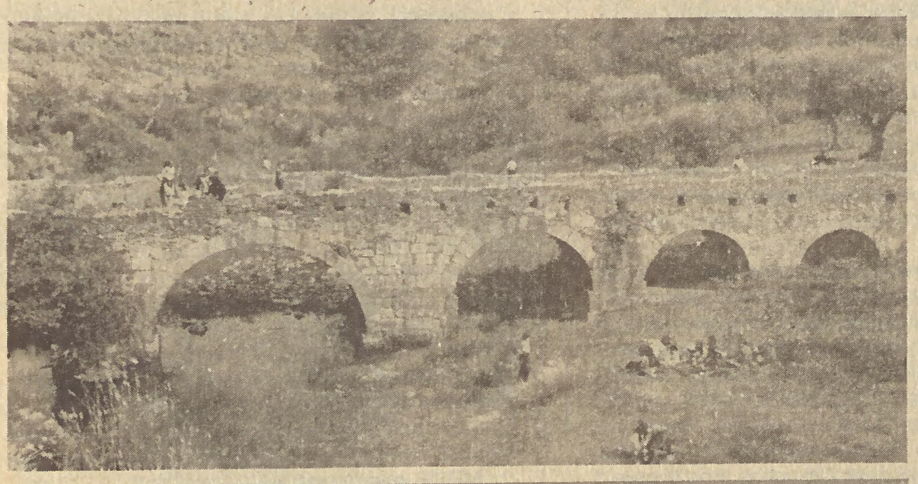
A vitória da Aliança Povo Unido em Elvas impõe à partida dois comentários: o primeiro dando relevo à evidente importância política da conquista de uma Câmara onde a «AD», através do PPD/PSD, se julgara de pedra e cal na sequência da «revanche» anticomunista de 1979 que lhe dera a presidência do município, o segundo sublinhando mais uma vez que o trabalho, a honestidade e a competência (que constituiram não apenas o *slogan* eleitoral da APU mas sobretudo sempre definiram a actução dos seus eleitos em qualquer autarquia) são o único investimento eleitoral com pés para andar.

A atestar este último facto está a permanente subida da Aliança Povo Unido no Concelho de Elvas (20,48% em 1976, 23,98% em 1979, a vitória com cerca de 30% nestas últimas eleições autárquicas); está ainda a derrota da «AD» minada de contradições, conflitos internos, demagogia e incompetência sem peias que liquidaram com língua de palmo a «solidez» da aliança reaccionária, pulverizando-a politicamente também neste Concelho. Assim, de fanfarrona vencedora em 1979 de uma gestão PS caracterizada pela inoperância e a incompetência, cai agora, ela também vítima das suas próprias incompetências, perante uma APU que além de nunca ter desiludido o seu eleitorado no cumprimento dos seus programas, provou que os crescimentos e as vitórias eleitorais se conquistam apenas no trabalho e na honestidade. Jamais com promessas eternamente demagógicas.

Elvas pertence ao distrito de Portalegre, faz fronteira com Espanha e está rodeada pelos Concelhos de Campo Maior, Arronches, Monforte, Borba, Vila Viçosa e Alandroal. Classificado Concelho rural de 1.ª classe, nele impera obviamente a agricultura (aveia, azeite, azeitona, centeio, cevada, fava, frutas secas, grão-de-bico, hortaliças, milho, tomate, trigo, uvas, vinho) e uma assinalável riqueza mineral (minas de estanho, titânio e volfrâmio). Possui igualmente indústrias de conserva e transformação de frutas, embora com características quase artesanais, uma das importantes fronteiras do País (Caia) e recursos florestais (sobreiro, com extracção de cortiça e lenha). Uma referência ainda para a actividade pecuária (avícolas, gado bovino, caprino, cavalar, ovino e suíno). De assinalar igualmente o seu riquíssimo património histórico-cultural.

O novo presidente da Câmara de Elvas é o eleito da APU Aníbal Franco, professor

Possui onze Freguesias (Ajuda Salvador e St.º Ildefonso, Alcáçova, Assunção, Barbacena, Caia e S. Pedro, St.ª Eulália, S. Brás e S. Lourenço, S. Vicente e Ventosa, Terrugem, Vila Boim, e Vila Fernando) onde vivem 24 379 pessoas (censo de 1981), com eleitorado de 18 565.



NISA

Nisa tornou-se APU desalojando o PS, no cumprimento de uma lógica que os números eleitorais apontavam desde 1976: nessa altura o PS conquistaria uma esmagadora maioria absoluta na Câmara, enquanto a APU se quedava pelos 20,3%; de então para cá, passando por 1979 e desembocando nestas últimas eleições gerais autárquicas, mantiveram-se e acentuaram-se duas constantes: a descida do PS e a subida da Aliança Povo Unido. E aqui está Nisa, mais um concelho APU no distrito de Portalegre, arrebatado desta vez ao PS.

É evidente que esta lógica eleitoral não surge por acaso: como sempre, corresponde ao desgaste que inevitavelmente surge quando uma gestão é inoperante e/ou incompetente e ao prestígio que, também inevitavelmente, cresce à volta de quem trabalha e cumpre; daí a queda do PS e a vitória da APU. Que se desenhavam e finalmente se concretizaram, atirando o PS de uma antiga maioria absoluta para os 32,5% de agora e dando uma vitória de 34,1% à APU, crescendo espectacularmente sobre os 20,30% de outrora.

Com 10 476 habitantes (censo de 1981) e 9 354 eleitores inscritos para estas últimas eleições autárquicas, Nisa está situada no distrito de Portalegre, tendo à volta os concelhos de Vila Velha de Ródão, Mação, Gavião, Crato e Castelo de Vide. Possui sete freguesias – Alpalhão, Amieira do Tejo, Arez, Espírito Santo, Montalvão, Nossa Senhora da Graça e Santana.

Classificado um concelho de 2.ª ordem, possui comarca de 3.ª classe. Os seus recursos naturais são essencialmente agrícolas (aguardente, aveia, azeite, batata, cevada, citrinos, feijão, frutas frescas, hortaliças, milho, trigo e vinhos) tendo também importância económica a pecuária (gado bovino, ovino, suíno).

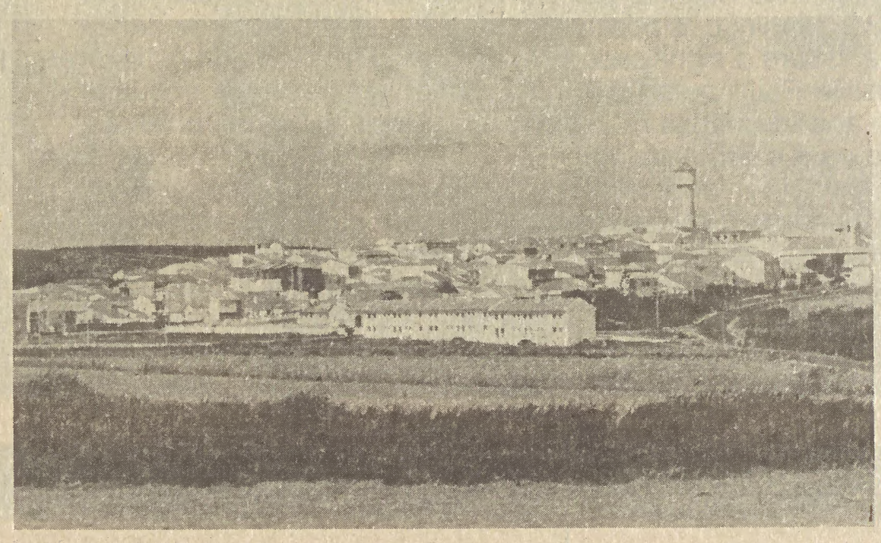
O novo presidente da Câmara Municipal de Nisa é o eleito da APU José Manuel Basso, médico.

VILA DO BISPO

A vitória da APU no Concelho de Vila do Bispo (distrito de Faro) sobre a gestão PS teve o seu quê de espectacular: nem mais nem menos que uma maioria absoluta, logo à primeira, somando quase tantos votos quanto todas as outras forças concorrentes juntas. Mais uma vez o sobe e desce de quem cumpre e não cumpre...

O subir e o cumprir da APU neste caso tem uma referência – a Freguesia de Budens, única de maioria APU no anterior mandato – e o enquadramento de sempre: competência e dedicação dos seus eleitos em todos os postos que ocupam.

Todavia com uma Freguesia maioritariamente APU a funcionar ao lado das restantes PS (Vila do Bispo, Sagres, Raposeira e Barão de S. Miguel) e apesar das magras verbas com que o desinteresse da gestão socialista sempre brindou esta autarquia, a verdade tinha de vir ao cimo mostrando quem é quem. Não falamos de competição – a questão é bem outra e chama-se apenas **trabalho**. Realizações.



Assim a população do Concelho acabaria por ver em Budens uma actividade sem equívocos – parques infantis, abrigos de passageiros, arranjos diversos, subsídios, saneamento básico, etc. – e nas restantes Freguesias nem obras, nem actas, nem reuniões... nem sequer apresentação de contas! É evidente que as pessoas tiraram as suas conclusões. Como o mostraram no passado dia 12 de Dezembro, dando uma esmagadora vitória à APU.

Mas é claro que os 4332 eleitores de Vila do Bispo não funcionaram apenas com a gestão das Freguesias para decidirem o seu voto – olharam também para a gestão camarária. E nela acabariam por ver o que não se pode esconder quando se funciona na base da prepotência, do caciquismo e da demagogia. O presidente PS, José Francisco Boaventura, imprimiria o «ritmo» através de uma actuação individualista que se prolongou por dois mandatos. Sempre quis «fazer tudo sozinho» – que é sempre a maneira de fazer as coisas a jeito de alguém que não dos legítimos interessados – as populações.

Assim, a incompetência, a má gestão, os negócios duvidosos, a desatenção para com problemas essenciais das populações (saneamento básico, infra-estruturas, etc.) começaram a ficar demasiado à vista; tanto que muitos socialistas acabaram por integrar as listas APU para estas eleições. Tanto que o PS, como força concorrente, acabaria por sofrer espectacular derrota num Concelho que geria há seis anos.

Materializou-se assim nas urnas uma confiança na APU que tem muito a ver com um comportamento onde a honestidade é a moeda de troca. Como dizia o candidato da APU (e novo presidente da Câmara de Vila do Bispo), dr. José António Rosado Spínola, há uns meses à reportagem do «Avante!», **«não fazemos promessas que não podemos cumprir. A nossa intenção é trabalhar para que as coisas andem, para que o que está mal seja resolvido. E aí sim, posso garantir-lhe que não pouparemos esforços».**

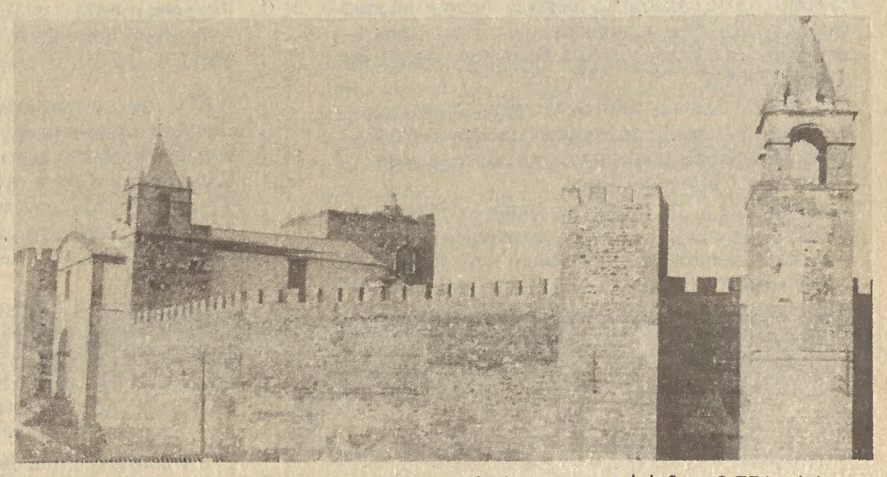
As populações sabem-no. E sabem dizê-lo – para já, nas urnas.

MOURÃO

A conquista da Câmara Municipal de Mourão pela APU, no distrito de Évora, significa de imediato duas coisas: o alargamento da Aliança Povo Unido no distrito (ficando à frente em 13 dos seus 14 concelhos – só Reguengos de Monsaraz se mantém com uma presidência PS) e a derrota do PPD/PSD que, dos 39,43% votos que em 1979 lhe deram a chefia deste concelho, mergulharia a pique para uns 25,9% que o tornaram terceira força no concelho (o PS passaria para segundo lugar).

Esta derrota do PPD/PSD significa ainda uma outra coisa, se recordarmos que este partido foi igualmente vencido pela APU em Ourique (distrito de Beja) e Elvas (distrito de Portalegre): que a direita foi totalmente varrida do Alentejo, onde se alargou ainda mais a quase completa gestão APU desta vasta região do País (conservando o PS algumas Câmaras, embora perdendo Nisa a favor da APU).

Mourão que, como já dissemos, se situa no distrito de Évora, faz fronteira com a Espanha, possui três freguesias (Mourão, Granja e Luz) e tem à sua volta os concelhos de Alandroal, Reguengos de Monsaraz e Moura. Está caracterizado como concelho de 2.ª ordem e possui Comarca em Reguengos. A agricultura é a actividade económica predominante (produção de aveia, azeite, cevada, batatas, centeio, grão-de-bico, vinhos, etc) seguida da pecuária (gado asinino, bovino, caprino, cavalar, muar, ovino, suíno); com algum relevo ainda a produção de cortiça e as zonas florestais (azinheiras e eucaliptos). Nele vivem 3 551 pessoas (censo de 1981), apresentando-se a estas eleições 2 751 eleitores inscritos.



O novo presidente da Câmara Municipal de Mourão é o eleito da APU Alexandre Simões Pinto de Barros, topógrafo.

OURIQUE

Eis finalmente a derrota do PPD/PSD na Câmara Municipal de Ourique, que nela chegou a dominar quase em termos absolutos e... em demagogia. Eis sobretudo ao que conduziu uma prolongada e caciqueira gestão de direita no único concelho que esta possuia no distrito de Beja, tendo por contraponto não apenas a tenacidade e dedicação dos eleitos APU no Concelho como também o exemplo das competentes gestões APU nos Concelhos circunvizinhos. O resultado está à vista: extraordinária vitória da Aliança Povo Unido, desalojando o PPD/PSD da única Câmara que possuia no distrito e terminando com um longo «reinado» onde o caciquismo funcionou à rédea solta.

Desde 1976 que o PPD/PSD governava o Concelho; foram seis anos de gestão onde as ilegalidades, as arbitrariedades e a demagogia mais descarada procuram manter uma aparência de dinamismo e uma «sedução» de eleitorado que lhe permitisse defender esta solitária posição no Baixo Alentejo; só que se as papas e os bolos podem enganar os tolos (o que nem é verdade de nos fiarmos nela), a demagogia como trave-mestra de qualquer trabalho não é de certeza um caminho com futuro. E este terminou em Ourique para o PPD/PSD, nestas eleições autárquicas. Com uma estrondosa derrota que arrasta consigo a própria coligação governamental, ela própria uma ampliação da incompetência das suas gestões autárquicas.

Ourique, que pertence ao distrito de Beja, possui seis Freguesias (Ourique, Conceição, Garvão, Panóias, Santa Luzia e Santana da Serra), 7693 habitantes (censo de 1981) e 6479 eleitores inscritos (menos 131 que em 1981). Está classificado como Concelho rural de 2.ª ordem, possui Comarca de 3.ª classe e está rodeado pelos Concelhos alentejanos de Odemira, Santiago do Cacém, Aljustrel, Castro Verde e Almodôvar; a sul confina com Silves, do distrito de Faro.

A agricultura (aveia, azeite, cevada, milho, trigo e vinhos) e a pecuária (avícolas, azinino, bovino, caprino, cavalar, muar, ovino e suíno) são as suas principais actividades económicas. Possui ainda recursos florestais (sobreiros, com extracção de cortiça) e minerais (minas de ferro em Panóias).

O novo presidente da Câmara Municipal de Ourique é Francisco Felgueiras Rodrigues, profissional de seguros.

Nacional

Os avanços da APU nas freguesias

• Depoimentos das Direcções das Organizações Regionais ao «Avante!»

Conhecidos já, na sua grande maioria, os resultados definitivos das eleições autárquicas do passado domingo, é possível fazer um primeiro balanço das alterações verificadas. Sobre o significado político destas, remetemos os leitores para a nota da Comissão Política do PCP e o Editorial desta edição, enquanto que no que se refere aos resultados numéricos das principais forças políticas chamamos a atenção para o Suplemento.

Entretanto, pareceu-nos útil fornecer também aos nossos leitores uma imagem mais pormenorizada e criteriosa – ainda que provisória – das mais significativas alterações verificadas nos diversos concelhos, nomeadamente no que se refere aos ganhos e avanços alcançados pela APU. É precisamente disto que nos falam os depoimentos que a seguir publicamos, fornecidos, a solicitação nossa, pelos camaradas das Direcções das Organizações Regionais do Continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Minho

Em muitas localidades da região o acto eleitoral do dia 12 de Dezembro foi marcado por condições antidemocráticas, com os mais variados exemplos de atropelo à legalidade. Apesar disso, registaram-se no Minho avanços da Aliança Povo Unido e perdas significativas da 'AD'. A direita perdeu um importante número de votos, perdeu as presidências de três Municípios (Melgaço, Famalicão e Guimarães) para o PS e perdeu também a maioria absoluta em Viana do Castelo.

Os avanços da APU (que naturalmente tiveram índices diferenciados) traduziram-se no reforço das votações nas freguesias que o "Povo Unido" já detinha. Na Polvoreira passámos a maioria absoluta. Em S. Martinho de Candoso e em S. Jorge de Selho, a APU surge novamente como a principal força política. A Aliança Povo Unido obteve, entretanto, duas vitórias muito importantes em Serzedelo e Balazar, duas freguesias que pela primeira vez escolheram a APU. Os exemplos que acabámos de apontar referem-se ao concelho de Guimarães.

Em relação ao concelho de Braga, é de salientar que a APU obteve maioria absoluta em S. Paulo de Merelim.

No concelho de Fafe, na freguesia de Antime faltaram apenas quatro votos à candidatura do "Povo Unido" para passar a maioria absoluta. Nesta freguesia já era a principal força.

Em Viana do Castelo, além de ter reforçado as suas posições em S. Marta de Portuzelo, a Aliança Povo Unido ganhou pela primeira vez em três freguesias: Monserrate, Carreço e Darque.

As eleições de 12 de Dezembro deram à APU um aumento de mais 19 eleitos no concelho de Braga ao nível das Assembleias de Freguesia, mais 7 membros para a Assembleia Municipal de Vila Verde e a eleição, pela primeira vez, de um vereador em Paredes de Coura.

Trás-os-Montes

No conjunto dos dois distritos transmontanos (Vila Real e Bragança) houve um reforço das posições democráticas e uma descida da «AD» que teve expressão significativa, por exemplo, no concelho de Vila Real e em vários concelhos do distrito de Bragança, nomeadamente Alfândega da Fé, Freixo de Espada-à-Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vimioso. Nestes cinco concelhos a «AD»/PSD/CDS perderam cerca de 6 mil votos!

A APU, embora tenha sofrido algumas quebras no distrito de Bragança, evidenciou novos reforços no distrito de Vila Real, tendo vencido na freguesia de Ermida (concelho de V. Real).

De salientar também que a Aliança Povo Unido elegeu pela primeira vez um candidato para a Assembleia Municipal de Mondim de Basto.

O «Povo Unido» passa também a contar com um elemento na autarquia de Padrela, freguesia do concelho de Valpaços.

Nos principais centros de Vila Real, a APU viu reforçadas as suas votações.

Porto

Sem prejuízo duma análise ulterior mais aprofundada em relação aos resultados das eleições autárquicas no distrito do Porto, a DORP do PCP considera desde já necessário sublinhar as seguintes questões:

1. Trata-se de um completo desastre eleitoral da AD, num triplo aspecto: perda de dezenas de milhar de votos no distrito, perda da presidência de seis Câmaras e da maioria absoluta nas Câmaras do Porto e da Maia, perda de numerosos mandatos municipais e de freguesia, designadamente presidências de juntas de freguesia. Alterou-se profundamente a situação de domínio da AD, que até agora se registava na maioria de concelhos do distrito, com a subida da APU e a recuperação por parte do PS de algumas das Câmaras que havia perdido em 1979.

2. Relativamente aos resultados da APU, apesar de incompleto o apuramento, é possível destacar:

Em vários concelhos da área urbana do Porto registou-se uma significativa subida da votação e da percentagem da APU em relação a 79: **Concelho do Porto** – de 16,7% em 79 para 19,5%, com 20,4% para a a A. Municipal e 21,2 para as Assembleias de Freguesia; **Gaia** – de 15,7% para 17,3%; **Gondomar** – de 20,0% para 21%; **Valongo** – de 17,5% para 19%.

A APU não só manteve o número de vereadores nas Câmaras Muncipais do distrito do Porto em que já estava representada como elegeu um vereador para a Câmara da Póvoa e outro para a Câmara de Santo Tirso. Aumentou também significativamente o número de votos e mandatos para diversas Assembleias Municipais e numerosas Assembleias de Freguesia.

A APU manteve a maioria absoluta na Assembleia de Freguesia de Miragaia, alcançou a maioria absoluta em Sebolido e conquistou ao PS a maioria na importante freguesia de S. Pedro da Cova (Gondomar) e de Santo Isidoro (Marco).

3. Tal como foi repetidamente denunciado pela APU-Porto antes e no decurso da campanha eleitoral, não foram normais do ponto de vista democrático as condições que antecederam este acto eleitoral.

Destaca-se a este respeito a vergonhosa campanha eleitoralista em que esteve envolvido o Governo AD nos últimos meses, com medidas de aliciamento eleitoral de diverso tipo, com dezenas de deslocações e passeatas de ministros e secretários de Estado com as mais mirabolantes promessas e com a actuação caciqueira do actual Governador Civil.

Destaca-se também a este respeito, antes e durante a campanha eleitoral, a grave e ilegal descriminação da APU em relação às candidaturas da AD e do PS na Comunicação Social estatizada, sobretudo na RTP e a nível da Imprensa diária do Porto. Por este motivo e para além de reclamações apresentadas pela APU à escala nacional, foram apresentadas reclamações na Comissão Nacional de Eleições contra as direcções dos diários "Jornal de Notícias" e "O Comércio do Porto".

Beira Litoral

Os mais significativos resultados da APU no distrito de Coimbra referem-se à conquista da maioria nas freguesias de Ameal e de Arzila, ambas no concelho de Coimbra.

No que respeita ao Ameal, a APU reforçou claramente a maioria de que já dispunha desde as eleições intercalares de 81, passando de 186 para 405 votos, ficando apenas a 57 votos da maioria absoluta.

Em Arzila, a APU conquistou a maioria ao PS, passando de 109 para 266 votos.

De um modo geral, ao nível do distrito e ainda segundo dados incompletos, verifica-se que a APU aumenta o número de mandatos em pelo menos 22 freguesias e duas Assembleias Municipais.

Para tal apreciação contribui o balanço feito à campanha da APU, que deparou por todo o distrito com grande aceitação popular e que tinha como traço essencial a denúncia da política da «AD» e a exigência do seu afastamento dos órgãos do Poder.

No distrito de Aveiro a APU obteve a maioria absoluta na freguesia de Fiães (onde já era a força mais importante), no concelho de Vila da Feira. O «Povo Unido» registou ainda uma vitória na freguesia de Anta, no concelho de Espinho.

A votação na APU foi ampliada em muitos pontos do distrito de Aveiro, nomeadamente nos concelhos de Espinho e Ílhavo.

No distrito de Viseu, além de manter a sua maioria na freguesia de Mangualde, a Aliança Povo Unido obteve significativos avanços, de que se destacam a maioria absoluta em Avões (S. João da Pesqueira) e em Passo.

Leiria

A característica geral da votação na APU no distrito de Leiria assenta numa ligeira baixa em números absolutos que andará na casa das centenas de votos e que se traduzirá numa perda de cerca de meio ponto na percentagem global.

Esta situação deve-se essencialmente ao fenómeno do voto útil no PS nos concelhos mais difíceis, onde a APU não é ainda a alternativa à direita.

Apesar disso **a APU sobe em 5 concelhos**. Esta subida é bem significativa na Marinha Grande, onde manteve e consolidou em novos mandatos a maioria absoluta nos órgãos do Município, e mantém as duas Juntas de Freguesia do concelho. Sobe também em Leiria, Bombarral, Nazaré e em Porto de Mós, ainda que nestes casos mais ligeiramente.

A APU mantém os 10 vereadores que já tinha em 1979 e as 4 Juntas de Freguesia. Embora tendo sido perdido um para o PS, recuperou um à 'AD', no Bombarral.

A APU mantém no essencial o mesmo número de mandatos quer em Assembleias Municipais quer em Assembleias de Freguesia, com ligeiríssima diferença para menos, embora não estejam ainda definitivamente confirmados os resultados oficiais, na altura em que produzimos este depoimento.

Para finalizar, sublinhe-se que no distrito de Leiria o conjunto da direita perde cerca de 20 000 votos e que o aumento do PS, apesar de ter ganho à direita 2 novas Câmaras, é pouco superior a 5000 votos.

Beira Interior

Não podendo fazer ainda uma análise global, por carência de números definitivos de muitos concelhos, podemos, mesmo assim, considerar desde já que tanto em números reais como em percentagem a APU subiu distritalmente ainda que de forma não acentuada.

Em relação a alguns concelhos de que já dispomos de números mais ou menos finais, assinalamos o caso de Castelo Branco, onde houve consideráveis êxitos da APU.

No conjunto das freguesias do concelho passámos de 18 para 42 eleitos e subimos consideravelmente nas seguintes freguesias: **Alcains,** onde passámos de 1 para 4 eleitos e de 227 para 541 votos; **Escalos de Cima,** onde não tínhamos nenhum eleito e agora conseguimos 3, subindo de 14 votos para 113; **Juncal do Carmo,** onde passámos de 70 para 135 votos; **Lardosa,** passámos de 71 para 120 votos; **S. Vicente da Beira,** subimos de 56 para 225 votos e de 0 para 3 eleitos; a **Mata,** onde concorremos pela primeira vez e ficámos a 34 votos da lista vencedora, que era uma lista de cidadãos eleitores. Concorremos também pela primeira vez na freguesia de **Monforte da Beira** e ganhámos a presidência da Junta.

No concelho da **Covilhã,** foi a ideia do voto útil no PS para a Câmara, com vista a barrar o assalto da «AD» a este órgão autárquico, que impediu a concretização de um dos objectivos que colocávamos pela APU, ou seja, passar de 1 para 2 vereadores.

A votação para a Câmara Municipal registou os seguintes resultados: 4 vereadores para o PS, 2 para a «AD» (que perdeu 1) e 1 para a APU (que manteve). Mas se a votação que cada lista teve para a Assembleia Municipal fosse igual ou semelhante para a Câmara Municipal, isto é, se não tivesse funcionado o tal voto útil, então, o PS ficaria com 3 (que já tinha) e a presidência, a «AD» baixaria na mesma de 3 para 2, mas a favor da APU que, assim, atingiria o seu objectivo passando de 1 para 2 vereadores.

Um outro factor que certamente influenciou o eleitorado em zonas menos esclarecidas quanto aos símbolos das listas concorrentes, foi o facto de ter figurado nos boletins de voto para a Câmara um símbolo com a foice e o martelo correspondente à lista do MRPP que obteve 587 votos...

A APU subiu em números reais e em percentagens. Na Câmara subiu 219 votos e na Assembleia Municipal 207.

Em ambos os casos aumentou 1%.

A APU mantem o seu vereador e os seus 8 eleitos para a Assembleia Municipal.

A APU mantem a maioria absoluta em **Tortosendo** e **Unhais da Serra.**

A «AD» foi a grande derrotada. Para a Câmara Municipal perdeu 985 votos e baixou 3%. Para a Assembleia Municipal perdeu 1553 votos votos (4,5%) e perdeu 1 dos seus 3 vereadores.

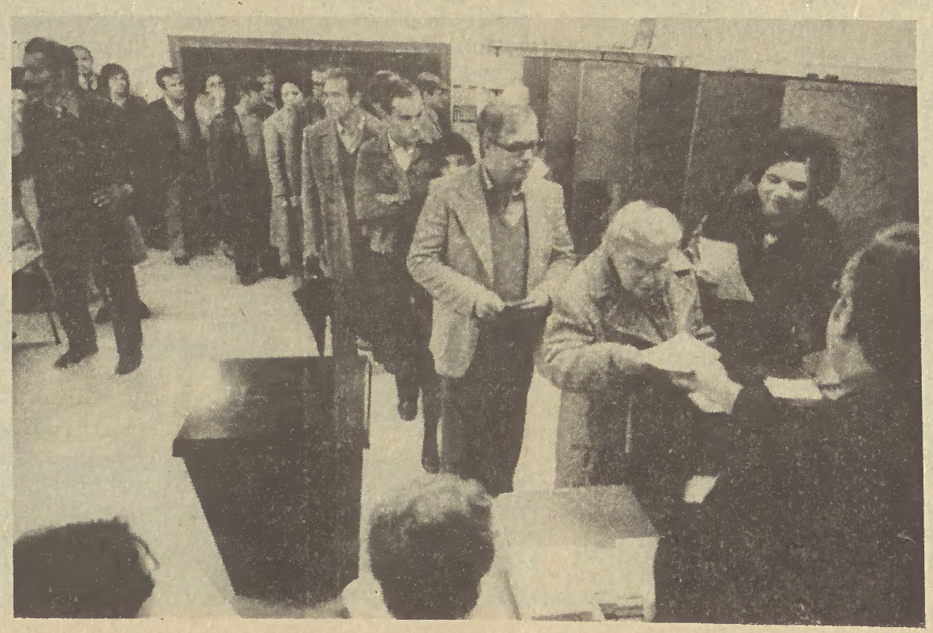
O PS, com o voto útil de muitos democratas que votaram APU para a Assembleia Municipal, obteve a maioria absoluta para a Câmara.

No **Fundão,** a APU, apesar da ligeira descida em números reais que se verificou com as listas em geral, dado o aumento das abstenções para mais de 1332 do que em 1979, ficou apenas a 13 votos de eleger 1 vereador.

O MRPP, com 471 votos, impediu esta concretização e com ela a retirada da maioria absoluta à «AD».

Em **Belmonte,** o objectivo era ganhar a presidência da Câmara o que por 271 votos não foi atingido. Factores políticos de vária ordem que carecem de estudo não possibilitaram ainda desta vez o objectivo a que nos propunhamos.

Os avanços da Aliança Povo Unido em relação ao distrito da Guarda tiveram particular incidência na capital. As freguesias de **Pinhel** e de **Sebadelhe** (Vila Nova de Foz Côa) também registaram vitórias do Povo Unido.



...sias e concelhos

Santarém

Após uma primeira análise dos resultados no Distrito de Santarém, a DORSA do PCP, concluiu o seguinte:
Conseguimos pela primeira vez um vereador na Câmara de Tomar, alcançámos a maioria absoluta na Câmara da Chamusca, onde passámos de 3 para 5 vereadores, ganhando todas as cinco freguesias, três das quais pela primeira vez e ficando agora em quatro com maioria absoluta.
Reforçámos a maioria absoluta em Benavente com a eleição do quinto vereador para a Câmara e obtendo mais eleitos para a Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia.
Elegemos o terceiro vereador em Salvaterra de Magos, retirámos, assim a maioria absoluta ao PS e conseguimos mais eleitos para a Assembleia de Freguesia e para a Assembleia Municipal.
Conseguimos um grande reforço de votação em Vila Nova da Barquinha, onde passámos para segunda força do concelho. Reforçámos globalmente a votação e o número de mandatos para a Câmara, Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia.
Contribuimos para tirar a maioria absoluta ao PSD/AD na Câmara e Assembleia Municipal de Constância, assim como na Assembleia Municipal de Torres Novas.
Alcançámos a maioria absoluta pela primeira vez nas freguesias de Chouto, Pinheiro Grande e S. José da Lamarosa.
Vencemos as freguesias de Ulme, Zibreira, Bemposta e S. Facundo, por maioria relativa.
A Aliança Povo Unido tem actualmente maioria em 22 freguesias.
Apenas em Abrantes e no Cartaxo, se perdeu um vereador em cada uma das Câmaras. Quanto a freguesias, apenas se perdeu uma (Vale de Santarém). Serão recuos temporários, a recuperar no futuro.
No distrito de Santarém a APU alcançou 23 por cento nas votações, mantendo-se como principal força política nos concelhos de Alpiarça, Benavente, Chamusca e Coruche.

Lisboa

Há razões fortes para estarmos satisfeitos com os resultados das eleições do dia 12 no distrito de Lisboa; se é certo que nem todos os objectivos traçados pelas organizações da ORL foram alcançados, a verdade é que o contributo dado pelo nosso distrito para os objectivos gerais do Partido foi, de facto, muito grande.
De um primeiro exame dos resultados no distrito de Lisboa ressaltam três traços fundamentais:

1 – A quebra acentuada da AD, que, perdendo votos e mandatos na generalidade dos concelhos, viu consideravelmente diminuída a sua força designadamente nas Câmaras onde é maioritária. É particularmente significativa a perda da maioria absoluta de que dispunha na Câmara Municipal de Lisboa.
2 – Nas 5 Câmaras de maioria APU – Amadora, Azambuja, Loures, Sobral de Monte Agraço e Vila Franca de Xira – o eleitorado, confirmando e reforçando as posições da Aliança Povo Unido, afirmou de forma clara que a APU cumpriu, e com o Povo vai continuar.
É sintomático que a APU tenha sido a única força política que viu a sua votação aumentada em números absolutos em **todas** as Câmaras onde é maioritária.
Neste aspecto, são de referir: o aumento da votação em Sobral de Monte Agraço (mais 21,6%) com o consequente reforço da maioria absoluta; o aumento em Loures de mais de 15 mil votos em relação a 1979 e a nova maioria absoluta com que passamos a contar na Assembleia Municipal de Loures; a conquista de mais 1 vereador na Câmara da Amadora, bem como o aumento da votação (mais 5000 votos); a consolidação, em Vila Franca de Xira, da maioria absoluta na Assembleia Municipal e o aumento de mais de 2000 votos; e o importante aumento da votação na APU na Azambuja (mais 993 votos); que assim coloca a maior distância a segunda força política do concelho (o PS) apesar da aliança dos socialistas com a UEDS.
3 – Nas restantes principais Câmaras do distrito – Sintra, Cascais, Oeiras e Lisboa – a APU reduziu, em certos casos, de forma espectacular, a diferença que a separava da 1.ª força – nos casos referidos a AD – ganhando novos vereadores em Sintra, Cascais e Lisboa, aumentando globalmente as suas votações e confirmando que, também nestas importantes Câmaras, a APU é a solução e que esse será o inevitável caminho das coisas num futuro próximo.

Outros aspectos há, no entanto, que valerá a pena realçar. A APU que em 1979 havia ganho 49 freguesias, conta agora com a maioria em 60, o que significa uma importante vitória. As três freguesias perdidas no distrito foram amplamente compensadas com os ganhos de: 4 freguesias ao PS no concelho de Loures; 3 freguesias à AD no concelho de Sintra; 3 freguesias à AD na cidade de Lisboa; 2 freguesias à AD no concelho da Amadora; 1 freguesia à AD no concelho de Cascais e 1 freguesia ao PS no concelho da Azambuja.
Ainda quanto às freguesias, foram igualmente alcançados os objectivos de confirmar e conquistar novas maiorias absolutas, quer nas freguesias de maioria APU desde 1979, quer nas freguesias ganhas no dia 12.
Esta primeira e sintética apreciação dos resultados eleitorais no distrito de Lisboa torna claro que dos objectivos traçados no Encontro Distrital da ORL, no dia 5/10/82, no Pavilhão dos Desportos, apenas não se alcançou o que apontava a possibilidade de vitória nas Câmaras de Sintra e Alenquer. No entanto, tal facto não deve iludir os magníficos resultados atingidos no concelho de Sintra onde o aumento da votação na APU, a redução da distância que nos separava da AD (estavamos a cerca de 11 000 votos, ficámos a cerca de 1200 num concelho com 163 000 eleitores), e as importantes vitórias nas freguesias de Belas, Cacém, Queluz, Rio de Mouro e S. Pedro, são sinais evidentes das reais possibilidades da APU neste importante concelho.
Quanto a Alenquer, trata-se de um caso flagrante de transferência de votos da AD para o PS, contra a APU, de tal forma que a AD perdeu em Alenquer todos os mandatos que tinha.
Uma última referência à campanha eleitoral no distrito: a mobilização de milhares e milhares de camaradas e amigos; o estilo de campanha levado à prática e no qual o contacto directo com as populações, designadamente através dos porta-a-porta, teve papel prepoderante; o vastíssimo conjunto das iniciativas (comícios, festas, sessões, etc.), fizeram da nossa campanha uma intensa batalha política de massas, cujos resultados, se bem que reflectidos de forma visível na votação, ultrapassam em muito a simples contagem dos votos.
A campanha eleitoral da APU no distrito de Lisboa abriu caminhos novos ao desenvolvimento da nossa acção futura. É tarefa fundamental das nossas organizações dar-lhe a sequência necessária, com vista às novas batalhas que temos pela frente.

Setúbal

No distrito de Setúbal, como no país, concretizaram-se os objectivos eleitorais da APU – a «AD» desceu, a APU cresceu.
Das únicas quatro freguesias que ainda não eram APU, estando a «AD» em maioria em todas, a «AD» perdeu três e apenas mantém a freguesia da Costa da Caparica/Almada, apesar de ter perdido a maioria absoluta que detinha.
No distrito de Setúbal, como no país, a «AD» foi derrotada pelo voto popular. Em todo o distrito a «AD» somente está em maioria num órgão autárquico (freguesia da Costa da Caparica) e apenas com maioria relativa.
O PS recuperou parte dos votos que havia perdido em 1979 mas tal como a «AD», em todo o distrito somente detém a maioria num órgão autárquico (freguesia de S. Julião/Setúbal) e apenas com maioria relativa.
A APU, aumentando a votação global no distrito, manteve todas as maiorias absolutas de que já dispunha. A APU obteve maioria absoluta para a Câmara Municipal de Setúbal. A APU conquistou a maioria absoluta em mais uma Assembleia Municipal (Montijo), passando a ter maioria absoluta em 12 Assembleias Municipais do distrito. Nas freguesias de Almada/Almada e de Marateca/Palmela a APU, que já tinha maiorias relativas, conquistou maiorias absolutas.
A APU conquistou à «AD» as maiorias nas freguesias de S. Maria/Setúbal e Santo Isidro de Pegões/Montijo.
Com os resultados de 12 de Dezembro de 1982 a APU reforçou as suas posições eleitorais no distrito de Setúbal.
No próximo mandato autárquico:

- A APU continuará a dirigir as 13 Câmaras Municipais do distrito, com maioria absoluta em todas a partir de agora.
- A APU é maioria nas 13 Assembleias Municipais tendo maioria absoluta em 12.
- A APU é maioria em 52 das 54 freguesias do distrito, tendo maioria absoluta em 46.

Os resultados eleitorais confirmam o crescente apoio popular à gestão democrática das autarquias pela APU. A APU cumpriu e, com o povo, vai continuar de forma reforçada.
Apesar da intensa campanha de intoxicação da opinião pública promovida por vários órgãos de comunicação social nomeadamente a televisão, os resultados eleitorais também confirmam o acelerado descrédito da «AD». O Povo não quer a «AD». A «AD» deve ir para a rua.

Os resultados eleitorais do distrito de Setúbal correspondem ainda ao desenvolvimento das lutas da classe operária e de toda a população laboriosa do distrito por trabalho e pão, em defesa das conquistas de Abril (nomeadamente as nacionalizações e a Reforma Agrária), por uma saída democrática para a grave crise em que os governos «AD» afundaram o País.

Alentejo

Na região do Alentejo a APU manteve as 26 Câmaras que dirigia e ganhou mais 4 Municípios (Ourique, Mourão e Elvas à «AD»/PSD e Nisa ao PS), ficando com 30 das 43 Câmaras da região: 13 das 14 Câmaras do distrito de Évora, 13 das 14 Câmaras do distrito de Beja e 4 das 15 do distrito de Portalegre.
No distrito de Portalegre, estas 4 Câmaras abrangem cerca de 40% do eleitorado.
A APU reforça as suas posições em muitos concelhos, subiu a votação em 14 (Almodôvar, Barrancos, Ourique, Vidigueira, Arraiolos, Évora, Mora, Viana, Vila Viçosa, Avis, Crato, Elvas, Nisa e Ponte de Sor), reforçou as suas maiorias absolutas em Ponte de Sor e Moura com a eleição de mais 1 vereador e elegeu mais 1 vereador em Almodôvar, Ourique, Vidigueira e Nisa.
A APU aumentou ainda o número de freguesias onde tem a maioria, de 148 para 159, tendo ganho mais 7 no distrito de Portalegre, 8 no distrito de Beja e 2 no distrito de Évora.
No distrito de Portalegre a APU regista mais 1700 votos: atinge mais de 30% da votação total e passa a ser a segunda força política.

À subida da APU, correspondeu grande baixa da «AD» e dos partidos que a compõem. O PSD perdeu 4 das 5 Câmaras que detinha, 3 delas ganhas pela APU (Ourique, Mourão e Elvas), perdeu várias freguesias e dezenas de mandatos em Câmaras Municipais, Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia.

A «AD»/PSD perdeu cerca de 12 000 votos no Alentejo (distritos de Portalegre, Évora e Beja).
No concelho de Évora, por exemplo, a APU subiu a sua votação de forma bem significativa, com grandes aumentos em várias freguesias, como sucedeu na freguesia da Sé. Por outro lado, a freguesia de São Mansos, anteriormente do PS, passou para a APU. No Alandroal, a freguesia de Juromenha, anteriormente do PSD, passou para a APU.

Algarve

No Algarve, a Aliança Povo Unido atingiu alguns dos seus grandes objectivos nestas eleições autárquicas. Reforça as posições que detinha na Câmara Municipal de Vila Real de S. António, obtendo a maioria absoluta, e conquista uma nova Câmara: a de Vila do Bispo, também com maioria absoluta.
De salientar igualmente que a Aliança Povo Unido reforça no distrito o número de mandatos para as Câmaras Municipais.
Para além destas importantes vitórias, ganha a maioria em duas novas freguesias (Pera e Vila do Bispo), perdendo para o PS a freguesia de Odeceixe.
A APU recupera ainda um vereador na Câmara Municipal de S. Brás de Alportel, posição que havia perdido nas eleições de 1979.
A «AD» perde no distrito alguns milhares de votos (cerca de 4000), perdendo 79 mandatos e duas Câmaras para o PS, ganhando embora outra ao Partido Socialista.
O PS é a força que mais sobe, embora com um comportamento extremamente contraditório. Perde duas Câmaras, uma para a APU e outra para o PSD, e ganha duas Câmaras ao PSD, como já referimos. Fica assim no Algarve com o mesmo número de Câmaras de 1979.
As suas subidas produzem-se à custa da captação do voto de descontentamento da «AD», do voto útil da «AD» para impedir novas vitórias da APU (casos flagrantes de Vila do Bispo e de Vila Real) e capta ainda uma fatia do voto útil de esquerda.

Proletários de todos os países: UNI-VOS! Avante!

Nacional

Os avanços da APU nas freguesias e concelhos

Açores

As eleições do passado dia 12 assinalaram na Região Autónoma dos Açores um importante reforço das posições democráticas, importância essa que não pode ser desligada das características da situação política no arquipélago.

São vários os aspectos que conduziram à alteração significativa que as eleições autárquicas agora proporcionaram:

1. O PPD de Mota Amaral perdeu cerca de 15 mil votos, passando de 63% para 51,5% das votações;

2. O Partido Socialista sobe de forma acentuada na sua percentagem, passando de 23% para 31%, embora mantendo sensivelmente os seus votos;

3. A ASDI marcou igualmente uma posição no acto eleitoral, tendo mesmo vencido uma Câmara;

4. A Aliança Povo Unido subiu em praticamente toda a Região, excepto nos concelhos de V. Franca, Praia da Vitória e Ribeira Grande. O fenómeno voto útil de esquerda no PS é, sem dúvida, a interpretação possível para essas descidas. Por outro lado S. Roque do Pico e Ponta Delgada são dois dos casos em que a subida do «Povo Unido» atingiu valores acentuados;

5. Pela primeira vez, o PPD de Mota Amaral deixa de ser o principal partido da Região. «O partido» da abstenção é bem mais importante: o PPD tem 53 mil votos, contra 58 mil abstenções. São milhares de açorianos descontentes com a política económica e social do PPD e a acção caciqueira dos seus dirigentes. São milhares de açorianos que recusaram o seu voto de confiança ao PPD de M. Amaral mas que, por enquanto, não votam noutras forças políticas.

Em relação à Aliança Povo Unido, que teve ligeiras subidas ao nível das Assembleias de Freguesia, são de referir as suas dezenas de mandatos, nomeadamente nas Assembleias Municipais, onde obteve 11 lugares.

Madeira

Na Região Autónoma da Madeira, a Aliança Povo Unido subiu, em termos absolutos, na ordem dos 300 votos, e em percentagem passámos de 2,73% para 3,1%.

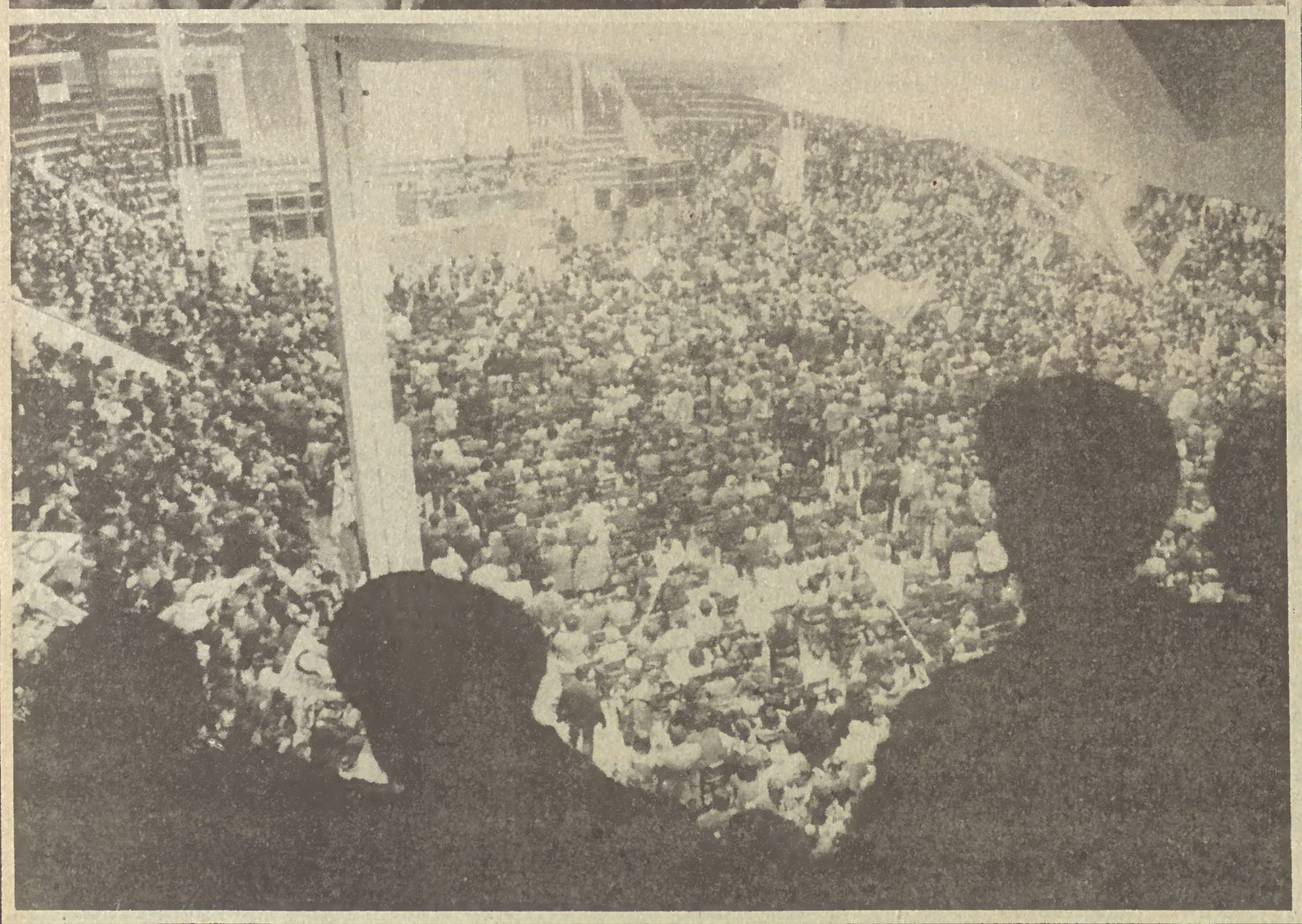
Numa análise aos resultados obtidos pela Aliança Povo Unido pensamos que é de salientar alguns aspectos.

Foi importante e significativo o aumento no concelho de Sta. Cruz, onde elegemos pela primeira vez candidatos APU. Assim aconteceu na Assembleia de Freguesia (2 vogais) e na Assembleia Municipal (2 vogais).

É também de salientar que na freguesia de Sta. Cruz, a APU é a segunda força mais votada.
Consideramos também bastante positivo os aumentos de votação nos concelhos da Calheta e Ponta do Sol, passando assim de 0,7% para 2,1% e de 0,9% para 1,4% respectivamente. O mesmo acontecendo em relação ao concelho de Ribeira Brava, onde passámos de 1,2% para 2,1%.
Em relação ao concelho do Funchal é de sublinhar que, apesar da dinâmica criada pelo Partido Socialista com a questão do voto útil, a nossa votação subiu ligeiramente, não tendo obtido, no entanto, efeitos significativos em termos de eleitos.

Assim, conseguimos a eleição de um vogal para a Assembleia de Freguesia de Sta. Luzia, ficando a escassos votos da eleição de outros 4 noutras freguesias. Ficamos, assim, com dois eleitos na Assembleia Municipal do Funchal; um em Sta. Luzia e outro em S. Pedro (em 79 foram eleitos três candidatos e agora foram eleitos quatro).
Em relação aos concelhos da Câmara de Lobos, Porto Moniz, Santana, S. Vicente e Porto Santo, a nossa votação baixou, sendo nítido que nestes concelhos funcionou o chamado voto útil no PS.
Quanto ao concelho de Machico, a nossa votação global manteve-se.

Contributo indiscutível para os avanços da APU nas eleições de domingo foi o fornecido pelos muitos milhares de militantes e simpatizantes do PCP e do MDP, assim como independentes, cujo intenso e esforçado trabalho deu à campanha eleitoral da APU a dimensão que se conhece.
As imagens que junto publicamos referem-se ao comício de encerramento da campanha em Lisboa, realizado precisamente há oito dias no Pavilhão dos Desportos, com a presença de Álvaro Cunhal, José Tengarrinha e Alfredo Moura, além de outros candidatos por Lisboa e dirigentes do PCP e do MDP.
Tais imagens, em toda a sua expressividade, valem como um símbolo do que foram o entusiasmo e a vibração que rodearam, do princípio ao fim e um pouco por todo o País, a campanha da APU.



Nacional

O reforço do Povo Unido passado em silêncio por alguns e festejado nas ruas por muitos

«A noite estava escura, fria e tempestuosa». Assim poderia começar a história que um avô do PPD contasse à netada de rabo sentado na alcatifa, recordando a célebre noite de 12 de Dezembro de 1982. «Eis senão quando», continuaria o avô, «a cidade foi abalada por um grande clamor. Seriam as montanhas do Afganistão a desabar sobre o nosso concelho? Ou o vento polaco que se desencadeava sobre as nossas ruas e avenidas? Mas como, se ainda há pouco o António Capucho dizia na televisão que a APU estagnara?»

Mas deixemos o avô PPD inventar desculpas para os netos e falemos da realidade que vimos. Por exemplo em Setúbal: passava pouco das duas da madrugada quando a instalação sonora do Centro de Trabalho do PCP anunciou: a APU elegera mais um vereador para a Câmara Municipal, conquistando a maioria absoluta – APU, 5; PS, 3; PSD, 1. O momento era histórico. Reforçando sempre as suas posições em Setúbal, a APU, depois de em 1976 ter ficado em segundo lugar – a presidência era do PS –, alcança em 1979 a maioria e a presidência embora tenha ficado com menos lugares na Câmara que o PS e a «AD» juntos. Agora, finalmente, a maioria absoluta.

Palmas e abraços no jardim do Centro de Trabalho. Centenas de militantes comunistas, de activistas da APU, de populares que ali se aglomeravam desde a tarde saúdam a vitória. O presidente Francisco Lobo – nosso camarada e membro do CC – é abraçado efusivamente. A «AD», ou o que dela restava, afundava-se também em Setúbal. E, apesar da sensível subida do PS, o povo do concelho daria uma maioria folgada à APU, reforçando as posições do Povo Unido na Câmara.

E não só na Câmara. Para além da grande queda da «AD», a APU não só manteve todas as freguesias – o PS olhava gulosamente as de S. Simão e S. Lourenço, em Azeitão – como conquistava à «AD» a freguesia de Santa Maria, no centro da cidade, que tradicionalmente votava à direita. Na de S. Julião foi o PS quem arrebatou à «AD» a presidência da Junta. Chegara a hora da festa. Fez-se festa.

Estabilização? Ou reforço?

A bem dizer, a festa começara muito antes. Quando se saudava efusivamente, por exemplo, a vitória APU em Ourique, onde a Câmara foi arrebatada ao PSD. Ou a vitória em Nisa, Câmara ganha ao PS. Ou a Câmara que o PS também perdeu para a APU, em Vila do Bispo. Ou as Câmaras de Mourão e de Elvas, arrancadas às mãos da direita.

Saudou-se também o reforço do Povo Unido na Amadora. A conquista de várias freguesias no distrito e no País. O aumento de mandatos em câmaras municipais, os significativos aumentos em Cascais, em Sintra. O Povo Unido não só não perdia nenhum dos municípios sob sua administração como reforçava as suas posições nesses mesmos lugares e subia votos e obtinha mais mandatos noutras autarquias, conquistava e reforçava maiorias absolutas.

Entretanto, mesmo as pessoas que ali estavam e ouviam as notícias que o jo só apareceu a entrevista com o presidente Abílio Fernandes, de Évora, depois de longas horas de silêncio. É que o locutor... não tinha som... Entretanto dava-se toda a atenção aos distritos onde os partidos da «AD» e o PS se retiravam câmaras uns aos outros. Quantas vezes se falou de Braga, Bragança, Vila Real ou Guarda?

Fazemos portanto uma pequena ideia do que se passava nas casas e nos corações daqueles que, frente aos aparelhos da TV de Proença, recebiam as notícias da «descida» da «AD», da subida do PS e da «estagnação» ou «estabilização» da APU. Devem ter ido cedo para a cama. Ligeiramente tristes, ligeiramente confortados, ligeiramente contentes. As eleições tinham «ligeiramente» modificado o panorama político do País. E pronto. Agora que os políticos se ocupassem do resto.

Os nervos da derrota; a alegria da vitória

Depois de Balsemão ter grosseiramente pretendido que a queda da «AD» tinha sido uma vitória; depois de Freitas ter aproveitado para o corrigir anunciando no entanto com a devida reserva que qualquer coisa mudou; depois de Soares ter cantado a vitória como «maior partido», o saldo que pretendiam impingir era o seguinte: mudasse o que mudasse, a APU não era para ali chamada.

Mas os nervos da derrota eram visíveis. Até os locutores de serviço à «AD» se engasgavam. Davam o dito por não dito, continuavam a martelar o público com percentagens estranhamente altas para a direita, a altas horas da noite, quando os resultados já apontavam nitidamente para o afundamento dos partidos governamentais.

E o extremo chegou quando uma senhora governadora civil, abandonando a dignidade que o cargo lhe poderia conferir, falou de Évora para todo o País, atingindo o ridículo através da mentira e do insulto: disse nada mais nada menos que esta vitória retumbante da APU no Alentejo até é a primeira vez que acontece porque... «os comunistas têm vindo sempre a descer de votação»! Disse também que as pessoas votam na APU porque os comunistas os dominam, para depois afirmar que a política agrícola do Governo tem sido aplicada com dificuldade. Isto disse aquela senhora, que saiu para a luz da TV, das cavernas do passado. Isto disse numa região onde a APU ganhou três câmaras à «AD»...

Até falou da Polónia para baralhar mais. De Setúbal é que a TV não falou. E, mais tarde, na rádio, ouvimos dizer que, contactado o Governo Civil, de lá disseram que os dados não podiam ainda ser dados, para depois afirmarem que os dados seriam dados, para, depois ainda, ninguém se encontrar no Governo Civil que desse dados.

O calado é o melhor, deviam ter pensado os senhores do PSD, do CDS e companhia.

O mesmo não pensaram os populares, lá onde a APU reforçou as suas posições. Em Setúbal, ao anúncio da maioria absoluta, as centenas de pessoas enfiaram-se em carros, em carrinhas, em camionetas, em motorizadas, desfraldaram bandeiras. E foram percorrer a cidade. Bairro a bairro. A cantar a vitória alcançada. Contámos setenta e cinco viaturas de todos os tamanhos e feitios, fora as motorizadas. Foi de facto uma barulheira... celestial. Assim acharam os populares que vinham à janela em pijama, que em pijama mesmo saiam à rua para saudar a vitória. Não foi pela TV que souberam que o quinto vereador da APU tinha sido eleito. Que a APU se reforçara. Que a «AD» se tinha afundado. Que os objectivos anunciados como possíveis pelo Povo Unido tinham sido alcançados. Fomos todos dizer-lhes.

Povo Unido: mobilização e unidade na construção dum Poder Local democrático, activo e responsável

a TV

Festivais...

Domingo, dia de eleições, foi dia de manipulações. A intoxicação teve rancho melhorado.

Rancho melhorado teve igualmente a qualidade, ou melhor, a falta de qualidade, da TV. Basta dizer que o sinal foi dado logo do princípio: a missa transmitida da igreja da Imaculada Conceição nem sequer chegou ao fim, depois de ter começado muito tarde. Isto porque os trabalhadores se viram confrontados com terríveis deficiências de material...

Esse foi apenas o sinal. A partir das 19 horas, a confusão comandada pelo Moniz chegou a assumir aspectos de filme cómico. Os aprendizes de feiticeiro tinham desencadeado uma engrenagem que depois não sabiam controlar.

No que diz respeito à intoxicação informativa, como disse, essa vigorou ao longo de todo o dia. Os noticiários transformaram-se em festivais de nojo.

RTP/Proença, boa aluna...

Dois foram os assuntos que, a nível internacional, mobilizam os cérebros da Desinformação na RTP/Proença: a Polónia e o Afeganistão. Quanto a este último país, a falta de pretexto imediato era tão evidente que se viram obrigados a utilizar o processo mesquinho: "Estão prestes a completar-se três anos sobre a invasão do Afeganistão pelas tropas soviéticas..."

Isto é, para fazer jeito à desinformação, adiantam-se as efemérides. Recordemos, a propósito, que os americanos peritos na guerra-fria aconselham a utilização da palavra "invasão" sempre que houver referência ao acontecimento. RTP, aluna submissa e bem comportada...

Mas, por muito que nos custe tornar a mexer na porcaria vou transcrever o que foi dito no primeiro noticiário depois das onze horas. Reparem só: "Ex-agente búlgaro afirmou que o KGB esteve por detrás do atentado contra o papa. Disse que a decisão de matar o papa deve ter sido aprovada pelo falecido presidente Brejnev e planeada pelo então chefe do KGB, Andrópov".

Pois é verdade, leitores e amigos, a total ausência de escrúpulos atingiu este nível! Não recuaram nem na calúnia a um Homem que dedicou toda a sua vida à defesa da Paz e ao bem-estar do seu povo.

A mania do tecto

A equipa dirigente das operações na noite de domingo para segunda, tudo fez para minorar ou fazer esquecer a derrota da "AD" e do seu Governo.

A aldrabice chegou a este ponto: no fim da emissão, ainda transmitiam com explosivo destaque, resultados parciais em que a "AD" ia à frente com 44 por cento dos votos...

Mas as conversas com Anacoreta Correia, António Capucho, Lucas Pires, etc., não escondiam a realidade: a "AD" ainda não estava KO mas ajoelhava no tapete...

Foi deveras lamentável a atitude de Balsemão; frente aos jornalistas. Via-se que nem ele próprio acreditava no que dizia – se aceitarmos que dizia alguma coisa...

Chegou a hostilizar alguns jornalistas presentes.

E, proferida aquilo que ele chamou de "declaração rápida e clara", impôs o máximo de três perguntas.

A mania dos tectos: depois do tecto salarial, o tecto informativo...

Afastar os perigos

A engrenagem nocturna – é fartar, vampiros! – marginalizou a APU de forma escandalosa. Apenas o presidente da Câmara de Évora foi entrevistado em directo. Do novo presidente da Câmara de Barrancos, deram breve apontamento filmado feito na véspera. Mais nada...

Pelo contrário, a única força hostilizada foi a APU. O ataque odiento partiu da Senhora Perdigão, governadora civil de Évora. Raramente o histerismo anti-comunista terá ido tão longe. E logo partiu de quem, pelo posto que ocupa, deveria pôr um freio nos seus apetites agrário-demoníacos.

Mas consolemo-nos: vozes de governador-civil não chegam ao céu. E, como afirmou Álvaro Cunhal, os **"comunistas não desejam o poder para si, mas para o pôr ao serviço da população"** e tudo farão **"para garantir que a democracia afaste os perigos que pesam sobre ela"**.

As manigâncias da RTP não impedirão que o futuro pertença a quem o ama. E a quem lute por ele.

■ *Ulisses*

Gazetilha

por Ignotus Sum

Na noite das eleições
foram tais as agressões
chefiadas pelo Moniz
que o bom do espectador
ia vendo, sim senhor,
mas apertando o nariz...

Vieram as cançonetas
muito feias e patetas
para animar, com certeza.
Mas vejam quem tal diria:
querendo fingir alegria
mostravam maior tristeza...

Para aproveitar o tempo
inventou-se um passatempo
aos soluços, lentamente
e tão, tão original
e tão chatovisual
que vão tirar a patente...

A TV muito escondeu
mas breve se percebeu
com o Anacoreta absorto
que a AD vivia um mau fado
e, um pouco por todo o lado,
a coisa dava pró torto...

O Balsemão enervou-se.
A múmia descontrolou-se
no seu "quero, posso e mando".
Coitado, tem mau perder.
Mas que se há-de fazer?
Olhe, vá-se habituando...

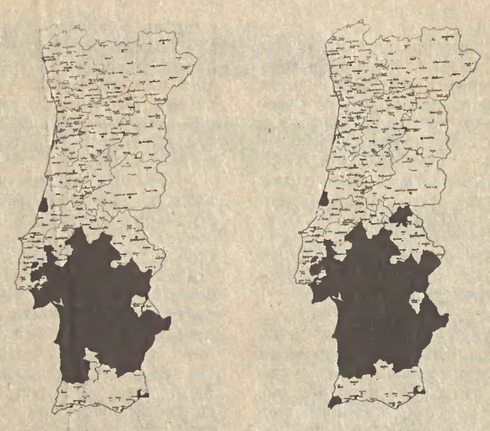
Porém tem mais lábia o Freitas.
Encara as suas maleitas
com um mui gentil *donaire*
e para animar a frota
dizia: "Não foi derrota,
o que foi, foi um desaire..."

Entretanto, forte e pura,
cresce pela noite escura
a flor do povo e da esperança
que diz trabalho e diz pão
que diz paz e diz razão:
a APU vence, a APU avança!

Passatempo

As cinco diferenças

Nestes dois desenhos há cinco diferenças. Observe e descubra.



Solução

As diferenças residem na extensão da mancha no extremo sudoeste, no norte do Algarve, em dois pontos junto à fronteira com Espanha e num outro, mais acima, junto ao Tejo. Trata-se das novas cinco Câmaras Municipais ganhas pela APU: Vila do Bispo, Ourique, Mourão, Elvas e Nisa. Se acertou tem, como prémio, a nossa garantia: merece ser leitor do «Avante!»

Proletários de todos os países: UNI-VOS! Avante!

Assembleia da República

Interpelação do PCP ao Governo sobre política económica e financeira

Carlos Brito: O debate serviu para demonstrar a incapacidade e incompetência deste Governo

Ao encerrarmos por parte do PCP a interpelação ao Governo sobre política económica e financeira, torna-se perfeitamente legítimo apresentar como conclusão fundamental destes dois dias de debate que ele serviu por um lado para demonstrar a dimensão do desastre para que o País está a ser arrastado pela mão da AD e o futuro sombrio que se abaterá sobre o nosso povo se a coligação do PSD e do CDS continuar a governar, por outro lado para pôr em evidência que é necessário uma outra política, que a alternativa que aqui apresentamos é a via segura para superar a crise, promover o desenvolvimento e defender a independência nacional.

O debate serviu para demonstrar que esta AD, esta equipa governamental não tem nem entende outra perspectiva que não seja a que aqui trouxe no fúnebre discurso do ministro João Salgueiro e que se podia resumir como «o país vai de mal a pior». E às propostas do PCP, à alternativa que apresentamos, nas nossas intervenções de abertura, o ministro fez orelhas moucas e refugiou-se na conjuntura internacional para dizer mais uma vez o mesmo de sempre — que no seu entender «não há saída».

O ministro do Estado foi tão severo para com a OCDE e para com os seus erros de previsão que dir-se-ia querer sugerir-nos que dirigiremos a interpelação à OCDE e que a confrontaremos com uma moção de censura. Afinal de quem é a responsabilidade da governação do País, do Governo Balsemão ou da OCDE?

A questão da alternativa à política da 'AD' tornou-se na questão central deste debate. De um lado, da nossa parte uma proposta clara e coerente, assente numa política de combate aos défices externos, de aumento da produção nomeadamente agrícola e em outras áreas de diminuta componente importada, uma política para a melhoria do nível de vida material e cultural do nosso povo, o que traria como consequência o alargamento do mercado interno e a direcção da procura predominantemente para bens de fabrico nacional.

Do outro lado, um Governo representante do grande capital amarrado a uma política monetarista, restritiva, baseada na estagnação, na recessão e no agravamento colossal dos défices externos, uma política de que o povo e o País estão a sofrer os catastróficos resultados.

Torna-se assim claro porque é que o Governo Balsemão e a 'AD' quiseram a todo o transe impedir que esta clarificação se produzisse antes do acto eleitoral de 12 de Dezembro. Não hesitaram tão pouco em violar os prazos constitucional e legalmente estabelecidos ao Governo para a apresentação à Assembleia das propostas de lei do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, por si mesmo denunciadoras da política antinacional e antipopular que vem sendo seguida pela coligação do PSD e do CDS.

A interpelação do PCP frustrou-lhes os intentos. Por força da interpelação, o Governo teve de apresentar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano. Por força da interpelação o Governo e a 'AD' tiveram de sujeitar-se a este debate.

Depois desta interpelação fica melhor demonstrado que este não é um Governo dos portugueses, mas o Governo de um punhado de muito poucos senhores do capital e da terra, contra a imensa maioria dos portugueses.

O debate permitiu pôr a nu, sem contestação do Governo ou dos deputados dos partidos que o apoiam, a dimensão do desastre, através das suas realidades mais gritantes:

- Uma dívida externa que triplicou em três anos de Governo, atingindo o valor impressionante de 1150 milhões de contos, que já representa bastante mais do que metade de toda a produção de bens e serviços que o País realiza num ano;
- um défice da balança de transacções correntes da ordem dos 3 milhões de dólares, mais do dobro do previsto pelo Governo;
- uma taxa de expansão de exportação de bens e serviços de 0%;
- uma taxa de inflação de 23%;
- e, para continuar e acentuar o desastre, estipula uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto para 1983 que se aproxima de 0% e, por incrível que pareça, a descapitalização (taxa de −1%) nos sectores básicos da economia, isto é no sector público empresarial e misto.

Tudo resumido, é o caos, o aprofundamento da crise, com as gravíssimas consequências sociais que daí decorrem inevitavelmente:

- o aumento do desemprego, traduzido na situação de no primeiro semestre de 1982 terem sido suprimidos cerca de 30 mil postos de trabalho;
- a diminuição dos salários reais, que são no primeiro semestre de 1982 de 2,2% ná indústria e 6,4% na construção;
- diminuição real dos subsídios da segurança social, especialmente das pensões e das reformas;
- corte das dotações orçamentais para a saúde, habitação, ensino, transportes, com a degradação e encarecimento dos respectivos serviços;
- subida dos impostos, particularmente daqueles que recaem sobre as camadas sociais de mais baixos rendimentos.

Nada disto esteve em discussão ou foi questionado pelos representantes do Governo que aqui falaram. Nas suas intervenções e no que toca à dimensão do desastre, limitaram-se a confirmar os números.

Hoje já não é só o PCP, como vem fazendo há muito, que alerta para a dramática situação que o País vive.

Vozes de muitos quadrantes, órgãos de soberania, instituições científicas, gabinetes de conjuntura, Banco de Portugal, Conferência Nacional dos Economistas, aparecem a manifestar publicamente as suas profundas preocupações.

Em 2 de Outubro passado o Governador do Banco de Portugal, Jacinto Nunes, alertava o País para o recorde da dívida externa afirmando textualmente "não podemos estar a individar-nos continuamente e a resolver os nossos problemas à custa dos créditos externos"; e acrescentava: "os portugueses estão a fumar charutos Davidoff! Não pode ser (...)".

(...)

Desta vez o Governo já não pode alegar em justificação da sua política que não vê apresentada uma alternativa pelo partido interpelante. Teve de reconhecer que foram apresentadas propostas para uma política alternativa. Mas reconhecendo-o, procurou desde logo desvalorizá-las, arguindo que "não levam em conta" o enquadramento externo do País, a crise que avassala a Europa e o Mundo.

Acusa-nos o Governo de concebermos o País como isolado das relações internacionais, como se fosse uma ilha.

A isso nós replicamos que não desconhecemos a crise geral do capitalismo e a agudeza que atinge na presente etapa. Não ignoramos que o nosso país é duramente atingido pela malha das contradições e antagonismos em que está mergulhado presentemente o chamado mundo ocidental.

É por isso mesmo, que, ao contrário do Governo que não sabe sair da teia das dependências externas, nós, porque não consideramos que o País é uma ilha porque todos os países defendem a sua produção – veja-se o caso dos Estados Unidos, que são os campeões do proteccionismo – é que defendemos o corte nas importações sumptuárias e desnecessárias, a produção nacional de produtos que hoje se importam, a protecção de indústrias novas.

É precisamente porque não somos uma ilha e porque a crise atinge particularmente os países com quem nós temos afuniladas as nossas relações económicas externas, como bem reconheceu o sr. ministro de Estado nas suas intervenções, que preconizamos a diversificação das relações económicas externas, nomeadamente através do seu reforço com os países africanos, árabes e socialistas.

Porque entendemos que temos de vencer o nosso atraso, é que propomos diminuir as taxas de juro, controlar a inflação e desmonetarizar a política económica.

Porque temos de vencer a nossa crise no contexto da situação da crise que atinge o mundo ocidental é que preconizamos o aproveitamento nacional de todos os nossos recursos e energias internas, o aproveitamento de todas as capacidades instaladas e não utilizadas, o combate ao desperdício, o lançamento de novas culturas.

É por isso que insistimos na necessidade imperiosa de dar concretização aos grandes planos e projectos nacionais, designadamente ao Alqueva (em relação ao abastecimento de água, à rega e à produção de energia); e ao Plano Siderúrgico Nacional, com o aproveitamento do ferro de Moncorvo e das pirites alentejanas, não esquecendo que a componente importada pode e deve ser feita através de sistemas de compensação, como outros países têm feito (Argélia, México e Finlândia).

É por tudo isto que consideramos indispensável fazer-se um grande esforço para ultrapassar o nosso défice da balança alimentar, através do desenvolvimento da indústria agro-alimentar, do incremento da produção pecuária, do desenvolvimento das culturas forrageiras.

Como é que se pode compreender que todo o açúcar que consumimos seja importado, quando podíamos aqui produzir uma boa parte, através da cultura da beterraba sacarina?

Como é que se pode compreender que 50% das nossas exportações mineiras se façam nos escalões mais baixos da transformação, poder-se-ia dizer "em pedra"?

Como é que se pode compreender que perante a premência da crise energética, continuam por aproveitar 50% dos nossos recursos hídricos?

Nós não prometemos, como fez a AD nas vésperas das eleições de 1979, pôr peixe fresco à mesa de cada família portuguesa. Mas é admissível que esteja por explorar a nossa zona económica exclusiva, que se não tenha dado um passo nestes últimos três anos para renovar a frota pesqueira, que se não dê qualquer apoio ou qualquer estímulo à pesca artesanal, e que pelo contrário se dificulte a sua expansão e apetrechamento?

Compreende-se que, com a extensão da nossa costa e a riqueza dos nossos mares, se continuem a importar 10 milhões de contos em peixe?

Um grande esforço nacional para vencer a crise tem que comportar obrigatoriamente medidas como estas, e esta orientação que assenta no plano de aproveitamento dos nossos recursos e energias.

Trata-se como todos compreendem de respostas viáveis e realistas a algumas das nossas principais dificuldades.

No seu conjunto, constituem uma verdadeira alternativa à política do Governo, conducente à recuperação da economia e do País.

Não é por desconhecimento que o Governo não faz sua esta orientação, mas porque prossegue objectivos diametralmente opostos. (...)

A questão é de decidir para quem vamos trabalhar, se para o povo português, ou se para meia dúzia de exploradores; se o valor produzido e não consumido deve ser canalizado para esfera produtiva e para benefício da colectividade ou se para engrossar as fortunas privadas; se o país que queremos construir, é o país do 24 de Abril, ou se é o Portugal do 25 de Abril.

O Governo AD trabalha para o grande capital e para os latifundiários. E isso demonstra-se não apenas pela análise da política geral, mas pelo rosário de escândalos que têm acompanhado a sua concentração ao longo destes três anos.

São os escândalos bancários, Jorge Brito, Pinto de Magalhães e Quina, traduzidos na entrega de milhões de contos e visando a reconstituição dos grupos financeiros.

É a entrega de mão beijada ao grande capital de empresas rentáveis através do leilão de empresas nacionalizadas, tais como a Alco para os Mellos, a SIAF para o Espírito Santo, a Jomatel, a Betão Liz, a Norbetão, a Unibetão, o Hotel Eva, etc., etc.

São os planos para entrega das participações do Estado na Lisnave, na Sorefame, na Brisa, na Compal, na Dialap, na Marconi.

É o ataque, a intriga, o manobrismo contra as empresas públicas tendentes a facilitar a sua entrega ao grande capital, como acontece com a TAP, com a criação da Air Madeira e outras empresas de voos *charters*, com o plano Mello para apanhar a Setenave e chamar a si o controlo de toda a indústria naval, com a liquidação da CTM, etc., etc.

É a tentativa de liquidação de uma empresa nacionalizada, a EPAC, com o objectivo de se franquear o comércio de cereais a grandes grupos internacionais que operam nesta área.

É o escândalo da Anop, tendo em vista a entrega da actividade noticiosa ao sector privado, são os escândalos dos boletins de Totobola, dos Lockheed, dos BRI's, da publicidade e da produção de programas de televisão, entre tantos outros.

É todo o processo de reconstituição do latifúndio no Alentejo e no Ribatejo, com base na força bruta, no abuso de poder, na ilegalidade, no nepotismo, no compadrio, de que ficou famoso, entre outros, o caso Prates Canelas.

(...)

Mas importa salientar uma vez mais que em matéria de princípios orientadores da organização económica do Estado, o nosso quadro constitucional não sofreu com a revisão qualquer alteração de direcção que possibilite a concretização das novas pretensões do Governo e dos grupos capitalistas que o comandam.

Nesta matéria, o que era inconstitucional antes continua a ser inconstitucional agora. É inconstitucional a banca privada, os seguros privados, a entrega não apenas da titularidade mas da própria gestão das empresas nacionalizadas.

E o que eram antes os comandos constitucionais nesta matéria, continuam a ser os comandos constitucionais agora. Com um traço essencial: uma política virada para o desenvolvimento e bem-estar, e assente nas novas realidades do Portugal de Abril.

Assim, a alternativa que aqui deixamos apresentada é a que está de acordo com a Constituição, é aquela que vai ao encontro das mais profundas aspirações populares e dá solução aos problemas nacionais.

O Governo que aqui tivemos é como todos puderam observar um manifesto obstáculo à concretização destas perspectivas.

É um Governo vencido pelas dificuldades, torturado pelas contradições internas que já o dominam, com um discurso baço e sem solução para os problemas.

Mais do que defender a sua política, o Governo assumiu-se, de facto, como réu e refugiou-se na invocação de atenuantes, como a situação internacional, o dólar, os casos do país A, do país B, do país C, a crise mundial capitalista. O juízo popular, não temos dúvida, não aceitará tais atenuantes.

Com a AD, ficou provado, não há saída para a crise! Ficou provado que a saída para a crise tem que ser encontrada não só **sem a AD,** mas **contra a AD!**

Rogério Brito: O Governo quer os latifúndios

(...)

Em três anos de governação AD os preços dos factores de produção agravaram-se em mais de 120%.

Uma lavoura de tractor atinge já valores da ordem 800 a 900$00/hora.

As taxas de juro para operações de crédito bonificado até um ano, sofreram um agravamento de 13,25 para 18,5%. Para o crédito de investimento a longo prazo, os juros passaram de 22,25 para 26%.

Enquanto os custos de produção mais que duplicaram, os preços dos produtos agrícolas e pecuários pagos ao produtor degradaram-se fortemente, sujeitos a acentuadas oscilações e a um crescente alargamento do diferencial em relação aos preços no consumidor.

Em relação a 79/80, nos dois anos seguintes as oscilações tiveram amplitudes da ordem dos −14% a 12,3% para a aveia, −24,5% a 24,8% para a laranja ou, e ainda a título de exemplo, − 44,8% a 58,5% para o vinho.

Quanto aos diferenciais entre os preços médios no produtor e no consumidor, podem-se apontar como exemplos nos dois últimos anos: 75% para o feijão, 130% para a laranja, 145% para a maçã, e ainda 87% para a pera.

A laranja paga no produtor a um preço médio de 28$70 atingiu preços médios no consumidor superiores a 65$00. O feijão pago ao produtor a um preço médio de 81$50 atingiu o preço médio no consumidor superior a 135$00.

Nos últimos três anos a evolução real dos preços médios no produtor, para a pecuária, foi de 10% para os bovinos, 40% para os ovinos e −15% para os suínos. Entretanto, entre os preços médios no produtor e no consumidor, registaram-se diferenciais da ordem dos 70% para os novilhos, 65% para os borregos e 90% para os suínos.

(...)

Entretanto, o Governo quer fazer passar a atribuição de alguns milhares de contos, a umas quantas "cooperativas" dominadas pela CAP, como apoio ao cooperativismo agrícola que, na prática, vai sendo estrangulado através da manutenção e acumulação de dívidas, da falta de apoio técnico-financeiro, de entraves burocráticos, e da criação de condições de crescente dificuldade competitiva com o sector privado.

Para não ir mais atrás, registe-se que em Novembro último, o Estado devia centenas de milhares de contos relativos a intervenções no mercado, a subsídios de arroz, de ordenha, de frio e de leite em pó, bem como respeitantes à fornecimentos diversos a empresas e organismos oficiais.

A actual política de crédito tem de ser alterada enquanto é tempo.

Do crédito agrícola de campanha distribuído, mais de 50% vai para actividades sem terra. A distribuição é profundamente desigual: 4% entre Douro e Minho, 3% para Trás-os-Montes, 3,3% para a Beira interior, 4,1% para o Algarve. As regiões do Oeste e Alentejo absorvem mais de 75% do total do crédito agrícola de campanha.

A reduzida utilização do crédito para o investimento revela, tal como a extrema concentração do crédito de campanha, que não é possível continuar com as elevadíssimas taxas de juro face a uma actividade caracterizada por baixo nível tecnológico e incapaz de criar excedentes com razoáveis taxas de rentabilidade.

Estão hoje impossibilitadas de recorrer ao crédito bancário cerca de 90% das explorações.

E quando se pensa que cerca de 42% da área cultivada no continente é explorada em regime de arrendamento, fácil se torna compreender o quanto pesa neste quadro, como factor inibidor do investimento, uma lei de arrendamento rural que não assegura a indispensável estabilidade e segurança dos rendeiros e que o Governo se prepara para agravar.

O Governo anuncia também novas medidas contra a Reforma Agrária, onde se vem assistindo à generalização dos leilões de terras das UCP/Cooperativas, à abertura de novos processos de reservas, inclusive em relação a mais de 50 Acórdãos do STA já transitados em julgado e favoráveis aos trabalhadores; a processos de execução fiscal, ao mesmo tempo que o Governo se nega a pagar as suas próprias dívidas às UCP/Cooperativas, retendo milhares de contos que são pertença das mesmas.

Não pode o Governo fundamentar tal política com o falso objectivo do seu programa "de relançar o investimento e a produção na zona de intervenção da Reforma Agrária".

Relançar o investimento? Em relação a que período? Ao anterior a 1975, quando o investimento na agricultura, expresso na Formação Bruta do Capital Fixo não atingiu sequer os 11 milhões de contos nos anteriores 4 anos e quando, em simultâneo, as hipotecas sobre prédios rústicos totalizaram mais de 31 milhões de contos, respeitando mais de 92% dos mesmos aos distritos da Reforma Agrária?

Para desmontar tal argumento bastará referir este facto inegável: em 1976, os valores da FBCF registaram um acréscimo superior a 20% a preços constantes, contrariando a tendência que se vinha registando, e evidenciando uma nova dinamização do investimento na agricultura.

Relançar a produção? Em relação a que período? Ao anterior a 75, quando era manifesta a tendência para a diminuição das áreas cultivadas e respectivas produções? Quando entre 1972 e 74 se verificava uma quebra superior a 15% nos cereais e uma descida da produção global da ordem dos 6% em relação ao decénio 1962-71? Quando na ZIRA a agricultura se caracterizava pelo extensivo e inculto por uma total impermeabilidade a novas culturas? Quando os distritos da Reforma Agrária em relação ao total do continente apenas detinham 29% do efectivo bovino de carne, 26% do efectivo leiteiro e menos de metade dos ovinos?

Não, o Governo não quer relançar a produção. O Governo quer destruir a Reforma Agrária que relançou o investimento e a produção.

Com efeito, com a Reforma Agrária, a produção de cereais praganosos em 1975 registou uma substancial recuperação aproximando-se da produção registada em 1972, e em 1976 ultrapassou a média do decénio 1962-71.

A produção de oleaginosas registou, em relação à média de 72/74, um aumento de mais 24% em 1975 e mais de 41% em 1976.

A produção forrageira aumenta extraordinariamente com a Reforma Agrária. O consumo de sementes forrageiras passa de 1 382 000 quilos no período de 72/75 para 13 183 450 quilos entre 76/79.

Surgem novas culturas. Diversificam-se as culturas de regadio, desenvolvem-se os horto-industriais, inicia-se e desenvolve-se a produção de tabaco. Em três anos, os efectivos pecuários mais que duplicaram.

(...)

Sousa Marques: Com a emissão matutina da TV gasta-se diariamente 2000 contos

Cumpre-me abordar os resultados da desastrosa política da 'AD' nas áreas da indústria e energia e dos transportes.

O sr. ministro Baião Horta já é conhecido como o ministro dos três discursos: o da indústria, o da tecnologia e o da energia. E agora quase se celebrizou ao contraditar a própria proposta de lei das Grandes Opções do Plano para 1983 que refere um aumento de exportações de bens e serviços em volume, para o corrente ano, de 0% (zero por cento)! Para concluir o tão propalado Ano da Exportação não está mau!...

(...)

No dia 29 de Maio de 1981 o ministro Baião Horta pronunciou um discurso intitulado "A Política Energética para os Próximos Anos". No capítulo VI, alínea *b*), afirmava com ar convencido: "Elaboração do Plano Energético Nacional numa perspectiva de 30 anos onde apareçam consignadas as orientações da Política Energética definidas com rigorosa quantificação e calendarização. A data prevista para a sua conclusão", dizia Baião Horta, "é o fim de 1981. Entretanto implementar-se-ão sem demora as orientações que acabei de expor pois não podemos perder mais tempo...".

Ora, o fim de 1981 já lá vai há um ano. E, de facto, o Governo não tem perdido tempo: ao mesmo tempo que agrava a situação económica do País, nem existe Plano Energético Nacional, nem foi dado conhecimento à Assembleia da República de qualquer projecto deste Plano, nem existe sequer uma Política Energética. A realidade é que a degradação da situação energética nacional é também uma consequência da prática deste Governo.

Tenha-se em conta um exemplo significativo. Como se mostra no gráfico junto (que requeiro seja publicado no Diário em anexo a esta intervenção e que já foi distribuído pelos srs. deputados) o armazenamento energético das albufeiras é de cerca de 60% do registado no mesmo período do ano transacto (na primeira semana de Novembro, em 1981 – 1300 GWh, em 1982 – 800 Gwh).

Outro dado significativo: no fim do primeiro semestre as albufeiras tinham um coeficiente de enchimento de apenas 46%, quando, no ano passado, este coeficiente era de 67%.

A verdade é que a situação é mais grave do que no ano passado. Ora, todos estamos recordados, em 1981, o Governo justificou o desastre económico que provocou com a sua própria política com o argumento da "seca". Só que não tomou as medidas necessárias e agravou ainda mais a já difícil situação dos pequenos consumidores. Agora, só porque há eleições (repito, só porque há eleições) o Governo subestima a gravidade da situação e negligencia quanto à imprescindível aplicação de medidas de poupança.

Refiramos, como exemplo escandaloso, o caso da Rádio Televisão Proencista. Em 1981, à conta da "seca" que, segundo os senhores da 'AD', era responsável por tudo o que ía mal neste país, havia que terminar os programas da TV antes das 23 horas. Mas agora, em que a situação é mais grave, como já demonstrei, numa altura em que se importa mais energia eléctrica do que no ano anterior, mas só porque há eleições (repito, só porque há eleições), Proença de Carvalho e a 'AD' insistem com o seu "Mau Dia, Portugal"! Para lá do conteúdo cultural já aqui criticado noutra ocasião (em 4 de Novembro último, pelo meu camarada Manuel Matos) basta fazer umas contas: se considerarmos um consumo médio de 80 MW/h, o multiplicarmos por 5 horas e pelo preço de 5$00 por cada kW/h, chegamos à conclusão que, por via da televisão matutina em tempo de propaganda eleitoral, se importa, diariamente, mais de 2000 contos de energia eléctrica. Será que ninguém põe cobro a este despautério?

É necessário optimizar a utilização de todos os recursos nacionais, mobilizar as populações e os trabalhadores, promover a reestruturação dos organismos estatais responsáveis e dar-lhes planos de acção bem definidos e os meios necessários para os executar. O Governo não o faz.

É necessário um verdadeiro Plano Energético Nacional.

Ilda Figueiredo: Em 1981 as pensões não foram aumentadas porque não era ano de eleições

(...)

Os salários mínimos nacionais, já de si insuficientes para permitirem um nível de vida mínimo, que legalmente deveriam ter sido actualizados em 1 de Outubro, vigoram já há 14 meses, guardando-se muito provavelmente o Governo para anunciar aumentos na véspera das eleições. Numa atitude repugnante e desumana de, com objectivos eleitoralistas, jogar com a miseria de centenas de milhares de famílias.

(...)

Paralelamente aumenta de forma dramatica o número de desempregados, que largamente ultrapassa os 400 mil, na sua enorme maioria sem qualquer subsidio, com incidência gravosa sobre as camadas jovens, situação extremamente preocupante para o futuro do país.

A ameaça de desemprego está a ser usada como um instrumento de pressão no sentido de quebrar a capacidade de luta dos trabalhadores enquanto se anuncia a alteração da legislação laboral para mais facilmente despedir os trabalhadores e agravar a sua exploração.

(...)

— Aí estão propostos os cortes orçamentais ao Fundo de Abastecimento e às indemnizações compensatórias para as empresas públicas de transportes, os novos e gravosos aumentos de preços do pão, do leite, do arroz, do gasóleo, dos adubos, das rações, dos transportes e de tantos outros bens essenciais.

— E aí está também, na proposta do OGE para 1983, um agravamento fiscal de 153,5 milhões de contos de impostos e taxas a ser suportado fundamentalmente pelos trabalhadores e consumidores. No momento em que pretende impor novo decréscimo dos salários reais, o Governo anuncia que em 1983 os trabalhadores irão pagar mais 11,3 milhões de contos de imposto profissional, mais 23,5 milhões de imposto de transacções, ao mesmo tempo que prevê receitas de mais de 9 milhões de imposto de selo, o agravamento geral da tributação indirecta, e das injustiças do sistema fiscal. Este é o Governo que quer tributar cada vez mais fortemente os produtos de mais largo consumo e deixar intactos os consumos de luxo!

E há também uma clara marca de classe no facto de o Governo pretender garantir aumentos de receitas pela sobretributação dos rendimentos do trabalho (que não podem fugir ao fisco), ao mesmo tempo que se mostra benevolente e cúmplice face à evasão e fuga fiscal praticada em larga escala pelo capital...

Mas, srs. deputados, os trabalhadores pagam mais impostos, mais taxas, para quê?

Para que prossiga o escândalo de um Governo que se auto-aumenta de forma automática e principesca, que se passeia pelo país em caravanas eleitorais e embolsa chorudas despesas de representação, ajudas de custo, transportes e telefones grátis, etc., etc.

Pagam-se mais impostos para que esse mesmo Governo aumente as isenções, os subsídios, as deduções, mil e uma benesses ao grande capital, semeando negócios escuros que lesam o Estado, como acaba de suceder com o ex-banqueiro Jorge de Brito.

(...)

No campo da segurança social o problema é igualmente péssimo. As pensões deveriam ser aumentadas anualmente (a própria "AD" o prometeu em 1980). E assim como a pensão social e a dos rurais foram aumentadas em Outubro de 1980, o mesmo deveria ter acontecido em Outubro do ano passado e deste ano. Só que em 1981 não foi ano de eleições. E agora elas estão à porta! Mesmo assim, os aumentos que vêm atrasados são de miséria e estão muito longe de repor o poder de compra, além da profunda injustiça de não contemplarem sequer o subsídio de Natal que deveria ser igual à pensão de Dezembro. As pensões mínimas para as pensões iniciadas este ano não vão ser actualizadas. Reparem, srs. deputados, que mais de 400 mil reformados têm aumentos de apenas 15% (pouco mais de 600$00), o que significa, só este ano, uma diminuição real do seu poder de compra superior a 8%. Entretanto, mais de 700 mil reformados do regime dos rurais, que também não têm qualquer aumento do subsídio de Natal, recebem apenas 500$00 de aumento. As novas pensões de viuvez, do regime dos rurais, terão valor inferior ao que estava a ser pago...

Aos doentes e às grávidas a "AD" acaba de diminuir o respectivo subsídio de doença e de maternidade, ao alterar a sua base de cálculo.

Por outro lado, no orçamento para 1983 persiste a quase nula contribuição do Estado para a segurança social enquanto as dívidas do patronato ultrapassam os 42 milhões de contos.

(...)

J. Miranda: A liquidação do pequeno comércio

(...)

No sector agrícola assiste-se à diminuição global das produções como resultado de uma cada vez menor utilização das terras cultivadas; tendência que apenas sofre algumas inflexões em anos agrícolas em que se verificam condições climatéricas favoráveis.

Em 1981 verificou-se uma quebra de 6% no valor acrescentado, em termos reais. Persiste e agrava-se a dependência externa do país em bens alimentares de primeira necessidade, como os cereais (75%), as oleaginosas (70%), o açúcar (100%).

Mesmo em anos de favoráveis condições climatéricas verificam-se problemas dramáticos. Como os que atingem os agricultores do Baixo Mondego, produtores de arroz, face aos baixos preços, às dificuldades de escoamento e aos atrasos de um ano no pagamento do subsídio da produção de 1981! É um caso espantoso em que não falta sequer uma escandalosa e obscura importação daquele cereal.

(...)

Durante os Governos "AD" os adubos sofreram aumentos que oscilam entre 170 e 200%; o gasóleo 196% – e o respectivo subsídio foi suspenso; as rações 60%; as sementes entre 66% para o arroz e 95% para o trigo; etc.

O Governo prepara-se agora para intensificar os piores aspectos desta política.

Não lhe bastando já a anticonstitucional lei Barreto à sombra da qual vem sendo levada a cabo uma prática vergonhosa de liquidação das UCP's/Cooperativas – que culmina agora com essa monstruosidade a que dão o nome de concursos públicos – Basílio Horta propõe-se agora modificá-la com vista a «limpar» as ilegalidades levadas a cabo e lançar uma nova e mais gravosa fase da ofensiva contra a Reforma Agrária. Em prejuízo da produção; em benefício do absentismo.

A nova lei do arrendamento rural que a "AD" pretende ver aprovada determinaria, se tal acontecesse, uma ainda maior dependência face aos senhorios, vibraria um novo golpe na segurança e na estabilidade dos primeiros, criaria novos obstáculos ao movimento cooperativo, impondo a estruturação fundiária nas regiões do minifúndio por via da concentração da propriedade, em prejuízo dos pequenos agricultores.

(...)

No sector industrial, segundo os indicadores oficiais, que o senhor ministro da Indústria tem manipulado despudoradamente, o PIB, a custo de factores, passou de um crescimento positivo de 5,3% em 1980 para um crescimento negativo de 1,1% em 1981. A produção industrial, que em 1979 registou um crescimento global de 7,2%, passou para 5,4% em 1980 e 0,5% em 1981.

E a tendência, é para o agravamento, senhores deputados!

(...)

Quanto à actividade comercial os inquéritos de conjuntura do INE, relativos ao segundo trimestre de 1982 revelam no comércio a retalho que:

- o grau de descontentamento relativamente ao primeiro trimestre aumentou em 6%, atingindo 30% das empresas inquiridas;
- a quebra de vendas é apontada por 1/3 das empresas como causa responsável pelo insuficiente nível de actividade;
- a generalidade das empresas indicam um comportamento bastante mais desfavorável, relativamente a igual período do ano passado, tanto nas vendas como nas encomendas aos fornecedores.

(...)

A liquidação do pequeno comércio está em curso e tende a agravar-se. Detendo, em 1975, 58,7% das vendas ficaria reduzido a 32,7%, em 1985, a continuar a política da AD...

(...)

As receitas do turismo, que em 1980 atingiram 114,8 milhões de dólares, passaram em 1981 para 102,4 milhões de dólares, ou seja, uma diminuição de 10,8%.

(...)

No segundo trimestre deste ano, a quebra atingiu 30%. Isto deve-se, segundo o Banco de Portugal ao «encarecimento dos nossos preços relativamente aos principais concorrentes, não acompanhados por melhorias na qualidade dos serviços prestados» que «terão gerado uma certa substituição inter-países, desfavorável a Portugal».

(...)

Até quando, Balsemão continuaremos a ouvir os teus discursos?

Só hoje nos é possível publicar a parte final da interpelação do PCP ao Governo sobre política económica e financeira.

Interpelação a que o Governo não respondeu. Doze perguntas que Pinto Balsemão e João Salgueiro guardaram no bolso ainda esperançados que com o seu silêncio poderiam iludir o eleitorado que no domingo seguinte ia pronunicar-se nas urnas para escolher os representantes para as autarquias mas, ao mesmo tempo, avalizar a política do Governo «AD» nos últimos anos.

E se o Governo não respondeu tanto nos dias 6 e 7, no hemiciclo da Assembleia da República já o mesmo não se passou no dia 12, nas urnas de voto, por todo o País – a resposta foi clara e concludente – o Povo português está farto do que tem vindo a sofrer em proveito de uma meia-dúzia de beneficiados.

Como proclamam as regras da Assembleia da República a última palavra coube ao Governo. Mesmo que tivessemos espaço – o que não sucede – não merecia a pena publicar o discurso do primeiro-ministro Balsemão.

Amontoado de palavras desconexas nem uma única vez se referiu aos problemas concretos que naquela Câmara lhe tinham sido colocados, tanto pelo PCP, como pelos restantes partidos da oposição. Foi o mesmo choradinho de sempre e até voltou a falar do «gonçalvismo» que tem as costas largas para a incompetência dos que levam o País à bancarrota e ao caos.

Mas o mais caricato do «discurso» de Balsemão foi a parte em que este preclaro político fez uma análise «profunda» dos países socialistas para dizer que também aí havia crise. Mostrou-se mais conhecedor dos problemas externos dò que dos nacionais.

Por isso não transcrevemos nada daquele arrazoado de palavras. Damos-lhe o destino que merece e que a votação de dia 12 veio confirmar – o caixote do lixo. Um Primeiro-Ministro que só fala do estrangeiro e manifesta desconhecer profundamente as realidades e os problemas nacionais não merece outra atitude.

Só esperamos (e o Povo português aguarda-o com ansiedade) não termos de ouvir discursos destes durante muito mais tempo, que é tempo de pôr à frente deste país pessoas que falem e resolvam os nossos problemas.

Carlos Brito na AR:

Basta de eufemismos! A «AD» sofreu severa derrota

Cabisbaixa estava a 'AD' na sessão da Assembleia da República de terça-feira passada, a primeira depois das eleições autárquicas.

Mas tristes, tristes, estavam os sociais-democratas enquanto que os "cds" apresentavam uma bancada onde sobressaiam as cadeiras vazias.

Cabisbaixa, pois, estava a 'AD'. E mais cabisbaixa ficou depois da intervenção política do camarada Carlos Brito no período de antes da Ordem do Dia.

Falando dos resultados do acto eleitoral do passado dia 12, o líder do Grupo Parlamentar do PCP salientou que **pela sua importância e implicações na vida política nacional e no próprio funcionamento das instituições** não podiam deixar de ser analisados pela Assembleia da República.

Profundamente desagradada a – por enquanto – maioria teve de ouvir a intervenção de Carlos Brito, sem força sequer para as habituais provocações. E, no final, para tentar salvar a face, muitos foram os deputados da direita, nomeadamente do PSD, a fazerem protestos ou a solicitarem explicações. Com isto, mais se afundaram.

Na sua intervenção, o camarada Carlos Brito começou por salientar que a primeira conclusão a tirar é a de que os resultados de domingo passado **confirmam o descontentamento e a condenação pelo Povo português da actuação da 'AD' nos órgãos autárquicos e a rejeição da política de desastre nacional desenvolvida pelo seu Governo.**

Salientando que a baixa percentual da 'AD' **representa uma derrota tanto maior quanto é certo que se registou um aumento da abstenção e as outras duas principais forças concorrentes, o PS e a APU, aumentaram a sua votação**, Carlos Brito viria a precisar:

São particularmente ilustrativas da derrota da 'AD' a perda da maioria absoluta em Lisboa e no Porto, o colapso de Coimbra e a perda de importantes municípios no norte, bem como o desaparecimento da 'AD' nos distritos de Évora e Beja, zona da Reforma Agrária e o recuo no Algarve.

E as palavras do orador comunista feriam fundo a arrogância da 'AD'. Falou depois das perdas sofridas por aquela "aliança" – uma baixa absoluta de quase 600 mil votos, sem ter em conta o aumento do número de inscritos – para acrescentar:

Qualquer que seja o ângulo por que os resultados sejam encarados, é forçoso concluir que no primeiro grande teste eleitoral a que a 'AD' e a sua política são submetidos depois dos dois actos eleitorais contraditórios de 1980 – as legislativas e as presidenciais – a respostà do Povo português é a confirmação ampliada do 7 de Dezembro, a manifestação da vontade crescente de, no poder local e no poder central, se libertar das mãos da 'AD'.

Do teste ao delírio

Enquanto Carlos Brito prosseguia na sua análise os deputados "maioritários" revolviam-se nas cadeiras, fumavam nervosos ou contemplavam o tecto, estes últimos talvez na esperança de não ouvirem o orador.

Mas no silêncio do hemiciclo as palavras enchiam a sala, galgavam as bancadas dos partidos para irem finalmente ressoar nas galerias. Impossível não ouvir a derrota da 'AD'.

Falando dos meios que o Governo não hesitou em recorrer para impedir a derrota, desde a multiplicação de promessas até à tentativa de tentar ocultar até ao último minuto a gravidade da situação económica e financeira do país, Carlos Brito recordou:

Acresce que os chefes da 'AD' apostaram tudo na máxima mobilização do seu eleitorado, proclamaram solenemente o carácter de teste que estas eleições assumiam, pediram ao eleitorado um voto de confiança para prosseguirem a sua política. A resposta aí está. O povo e o país recusam a continuação da política da 'AD'!

Bem podem os chefes da coligação governamental pretender agora atenuar a extensão da derrota, discutindo entre eles se lhe devem chamar "quebra", "descida", "baixa", "queda", "revés" ou "desaire", para já não falar daqueles que, em desespero do delírio, pretendem negar a evidência e proclamar uma "grande vitória"...

Bem podem outros – prosseguiu Carlos Brito – **pretender dar a ideia de que se tratou de um mero ajuste de contas dentro da 'AD', da vitória do CDS sobre o PSD, da derrota de Balsemão e nada mais. Basta de eufemismos! Os votos de 12 de Dezembro são uma severa derrota da 'AD', confirmam a sua falência e põem na ordem do dia o seu afastamento do Governo.**

Salientando depois que a APU não só consolidou como reforçou as suas posições, Carlos Brito fez notar que, face a estes resultados, se se tratasse de eleições legislativas a derrota da 'AD' seria ainda mais clamorosa e que a questão da maioria parlamentar está posta em causa, questão que **já foi admitida, entre outros, por um líder nacional da 'AD'.**

Ao terminar a sua intervenção declarou:

O sinal de que o eleitorado mudou está confirmado. Cada dia que este Governo e esta maioria permaneçam representa apenas o apodrecimento da situação económica, financeira, social e política e a ameaça de degeneração das instituições democráticas.

Impõe-se urgentemente pôr termo à acção governativa da 'AD', dar a palavra ao Povo português para que em novas eleições legislativas confirme ampliadamente a vontade expressa em 12 de Dezembro: isto é, a escolha de uma maioria que garanta um Governo e uma política capazes de realizar os ideais libertadores do 25 de Abril.

O Militante

- Esmagadora derrota da AD – Importantes vitórias da APU
- O balanço da organização tem de apontar para o seu reforço e um melhor acompanhamento
- Instrumentalização das Forças Armadas
- A ameaça de guerra nuclear e o movimento de massas pela Paz
- A propósito do 1.º Congresso da USL
- Maternidade, planeamento familiar, interrupção voluntária da gravidez – Das vitórias alcançadas às batalhas a travar
- Importante campanha entre os emigrantes
- **Células de empresas** – Sobre as células de empresa no concelho de Vila Franca de Xira
- Índice Classificado dos artigos publicados em «O Militante» em 1982

À VENDA

o n.º 90

Trabalhadores

Empresas da margem sul

Sim ao trabalho e aos salários

● Manifestações em Setúbal e Lisboa

Vários membros do Governo sairam apressadamente da sede do Conselho de Ministros na Gomes Teixeira em Lisboa para não atenderem uma delegação de representantes de 9 empresas da margem sul do Tejo que, juntamente com mais 15 mil trabalhadores, se deslocaram em manifestação a Lisboa, parando frente a São Bento e percorrendo algumas ruas da capital. Manifestando-se sem incidentes, apesar da presença da polícia de choque, em Setúbal e Lisboa, os operários e demais trabalhadores da Setenave, Lisnave, Sociedade de Reparação de Navios, Siderurgia, Parry, Companhia Portuguesa de Pescas, Equimetal, Mompor e Quimigal, somando no total mais de 20 mil postos de trabalho, exigiram o pagamento dos salários, ou garantias nesse sentido, segurança no emprego e que as nacionalizações sejam defendidas no interesse do País. Dirigentes da CGTP-IN, como Armando Teixeira da Silva e Ernesto Cartaxo, membros da Comissão Executiva do Secretariado nacional, encabeçaram as manifestações e o primeiro usou da palavra na concentração da Praça do Bocage em Setúbal. Estão ameaçados de despedimento milhares de trabalhadores.

"Queremos trabalho e pão/ Não queremos Balsemão" foi uma das reivindicações mais ouvidas durante a manifestação

Lutas e acção sindical

● **Paralisação dos gráficos** — Pararam no dia 10 com boa adesão os trabalhadores convocados para uma greve nacional de 24 horas pela comissão negociadora do CCTV, que inclui a Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa. A CNS (parte sindical nas negociações) propõe 22 por cento de aumento salarial a partir de 1 de Novembro e mais 12 por cento depois de Maio, enquanto que a associação patronal do sector pretende não ir além dos 20 por cento sobre uma tabela em vigor há 17 meses. A APIGTP (patrões) «desce ao ponto de pretender suprimir importantes direitos e regalias arduamente conquistados após o 25 de Abril». Por outro lado, segundo a Federação sindical, o patronato associado na APIGTP «nem sequer aceita discutir as propostas sindicais sobre o subsídio de alimentação, diuturnidades, tabela diferenciada para as empresas de maior facturação, redução do horário de trabalho, limitação dos contratos a prazo» e outras reivindicações. Um estudo elaborado pela Federação revelava entretanto que o sector é próspero e viável. Grande número de empresas paga salários superiores em 16 e 23 por cento aos mínimos contratuais.

● **Forte adesão no Ritz** — A luta por um caderno reivindicativo favorável aos contratados a prazo, que devem passar a efectivos, prevendo regalias sociais elementares levou os trabalhadores do Hotel Ritz a uma greve de 24 horas em 9 do corrente. Salientando o facto de alguns trabalhadores não terem sido aumentados de acordo com o último contrato, a direcção do Sindicato da Hotelaria acusa a direcção do hotel de organizar *contra-piquetes* de greve para desmobilizar e coagir os trabalhadores com os quais se tem recusado a discutir sequer as reivindicações apresentadas, motivo que determinou a greve.

● **Câmara Municipal de Lisboa** — Os trabalhadores da CML concentraram-se em 6 do corrente junto à sede camarária exigindo a abertura de negociações «sérias e honestas» com os representantes do Sindicato e o fim de uma política que consideram «discriminadora, oportunista e nepotista» da parte do executivo que perdeu a maioria absoluta nas últimas eleições.

● **Inquérito à actuação policial no 1.º de Maio no Porto** — A União dos Sindicatos do Porto, que já foi recebida por vários grupos parlamentares, designadamente do PCP, MDP e ASDI, prosseguia há dias os contactos para colaboração com a CGTP-IN contra «a tentativa de Ângelo Correia e do Governo AD», que pretendem «esconder os resultados do inquérito oficial aos sangrentos acontecimentos do 1.º de Maio e de se furtarem à responsabilidade moral e política que lhes cabe, nomeadamente utilizando a calúnia e a mentira mais despudoradas», nota aquela União.

● **Luta na FP e Segurança Social** — Depois de várias lutas sectoriais e das que envolveram todo o sector, dirigentes sindicais da Função Pública concentraram-se na Assembleia da República em 7 do corrente protestando contra os «aumentos de miséria» propostos por este Governo. Os representantes de cerca de 380 mil trabalhadores, fortemente apoiados nas suas reivindicações, exigem aumentos salariais de 22 por cento para 1983 recusando os 17 por cento do tecto governamental, que aliás já esteve em 14 e passou depois para 16. O órgão da Federação dos Sindicatos da FP referiu entretanto, no número de Dezembro, que, no mês anterior, «mais de 150 mil trabalhadores da Função Pública» lutaram «contra a política do Governo». Outro assunto com chamada na primeira página do boletim é a «organização sindical», cujo «reforço» é considerado «indispensável na defesa da nossa unidade». A Comissão Sindical da FP (delegados sindicais) dirigindo-se aos sócios do Sindicato da Zona Sul e Açores e a todos os trabalhadores do Centro Nacional de Pensões, analisavam entretanto num comunicado a jornada de luta de 29 de Novembro na Segurança Social. Sublinhando a actuação da Secretaria de Estado do sector no processo de integração dos trabalhadores da Segurança Social na Função Pública, o comunicado exige nomeadamente que a Federação da FP seja recebida pelo secretário de Estado e que «seja dada uma resposta minimamente aceitável às propostas dos trabalhadores», que se sentem lesados designadamente quanto a direitos e regalias relacionados com o horário de trabalho (tolerâncias) e com as mulheres trabalhadoras.

● **Reformados e idosos no Rossio** — Dia 9, em conferência de Imprensa no Rossio em Lisboa, o MURPI (Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos) acusou o Governo de, em resposta aos anseios dos reformados, aumentar ainda mais «a miséria e a fome em muitos lares de idosos, inválidos e viúvas, que já viviam numa situação sub-humana». Como se sabe, os aumentos das pensões «AD» situam-se entre os 15 e os 19 por cento. A CGTP-IN exigiu que o subsídio de Natal dos pensionistas seja igual à pensão de Dezembro, incluindo portanto o aumento, ao contrário do que dispôs o Governo.

● **Carris** — Paralisa amanhã, 17. A greve decretada pelos Sindicatos abrange o movimento de veículos, das 2 e 30 às 8 e 30, bem como o primeiro período de trabalho dos sectores administrativo e de manutenção. A principal razão da luta é a falta de cumprimento do acordo de empresa por parte da comissão administrativa da Carris, que é acusada de repressão.

● **EPAL** — As ORTs da Empresa Pública das Águas de Lisboa anunciam para hoje, 16, uma paralisação de 24 horas. Luta pela negociação do AE (acordo de empresa) contra as posições intransigentes da administração.

● **Sindicato dos Professores do Norte** — Criado recentemente, o SPN convocou para hoje, 16, ao abrigo da lei sindical, uma jornada de esclarecimento sobre a Proposta Reivindicativa Nacional. Estão previstas outras acções de divulgação na baixa portuense.

● **Não docentes da Faculdade de Direito** — Em Lisboa estes trabalhadores abrangidos pelo Sindicato da Função Pública (SFPZSA), se o conflito não for entretanto resolvido pelo diálogo que defendem, entrarão em greve nos dias 15, 16 e 17 do corrente pela atribuição das verbas retidas para aplicação do Decreto-Lei 190/82.

Escândalos na banca ou... Como este Governo actua com os seus gestores

Os representantes governamentais do sector económico e financeiro escolhem sempre as idas ao estrangeiro para divulgarem, frequentemente em primeira mão as intenções do Governo em matéria de actuação financeira.

Sobre esse assunto, que tem a ver directamente com a passagem de responsabilidades acrescidas para as **filiais estrangeiras de banca nacionalizada portuguesa**, pronunciou-se recentemente e mais uma vez a Organização dos Bancários de Lisboa do PCP que, através do seu organismo de direcção, refere a determinada altura de um comunicado:

"As grandes intenções da "AD" nos domínios económico e social são quase sempre formuladas por Pinto Balsemão, João Salgueiro, Freitas do Amaral e seus pares nas digressões que fazem ao estrangeiro – Bruxelas, Luxemburgo, Luvaina, Davos, Nova Iorque, Toronto – sendo seus interlocutores os governos estrangeiros (diante de quem se curvam), a banca internacional e as multinacionais, ou perante os representantes do capitalismo internacional, quando estes se deslocam a Portugal, ou – o que é mais grave – são já os arautos da alta finança estrangeira que, no nosso próprio país, se arrogam o direito de ditar leis aos portugueses".

A "traição nacional", como a Organização dos Bancários classifica a "ingerência estrangeira" na banca nacional com a aceitação reverente dos responsáveis portugueses, é exemplificada com reuniões de banqueiros lá de fora, no nosso país: Outubro de 1981, em Cascais, reunião promovida pelo Banco Português do Atlântico; reunião do Algarve, em 1982, com cerca de 130 banqueiros estrangeiros, a expensas também do BPA; "vasta operação de ingerência" montada pelo jornal "Financial Times" em Portugal, em Junho de 1982; e a visita recente de Henry Ford II, que "serviu de pretexto a Pinto Balsemão para prometer ao capital estrangeiro, uma vez mais, a revisão da lei laboral e a imposição de despedimentos".

É assim que a "AD" avança – observa o comunicado da Organização dos Bancários – com "formas de repressão nas empresas e se prepara para tentar impor aos trabalhadores leis restritivas das suas liberdades, direitos e regalias tão arduamente conquistadas".

Reafirmando a sua posição conhecida de defesa intransigente da banca nacionalizada e da independência nacional, o Organismo dos Bancários de Lisboa do PCP refere ainda que o OGE deste Governo é "uma arma apontada ao povo", que paga o preço dos conluios "AD".

O Orçamento Geral do Estado para o próximo ano "prevê substanciais aumentos dos impostos profissional e complementar e dos impostos de transacção", lembra o Organismo do PCP.

Acrescentando que as "autarquias serão esbulhadas em 62 milhões de contos", segundo o mesmo Orçamento e Plano para 1983, os bancários comunistas de Lisboa revelam que, para "financiar o défice global previsto, o Governo "AD" terá de contrair empréstimos externos no valor de 56 milhões de contos".

Postos de trabalho em perigo é uma das consequências mais graves e directas para os trabalhadores bancários dessa e de outras actuações dos gestores "AD" e do respectivo Governo. No Banco Fonsecas & Burnay a célula do PCP divulgava entretanto outras irregularidades, que tomam mais uma vez foros de escândalo. Referindo 300 mil contos de prejuízos apenas em três tipos de operações – 100 mil deles referentes ao conhecido caso de Sever do Vouga – a célula acusa "empresários especuladores e financeiros gananciosos", aliados à má gestão bancária, de desenvolverem "uma tentativa de assalto à banca nacionalizada com a finalidade de se apropriarem de um ramo de actividade que lhes proporcione milhares de contos de lucros", a par do domínio monopolista da economia nacional.

Termec e Agfa

1100 despedimentos que é preciso impedir

Os casos da TERMEC e AGFA, ambos na região de Coimbra e referentes a grandes empresas com desemprego à vista, vieram chamar novamente a atenção para a irresponsabilidade deste Governo que se mantém passivo e mudo perante despedimentos que ameaçam 1100 trabalhadores. Bem conhecida, a AGFA-Gevaert é um multinacional de aparelhagem fotográfica com sede em Taveiro, Coimbra. A direcção alemã decidiu encerrar a empresa em Portugal. A TERMEC pertence à metalomecânica e lidera o fabrico nacional de caldeiras a vapor e máquinas de tingir. Actualmente com 500 trabalhadores foi criada em 1947 e é a maior contribuinte da Caixa de Previdência do Dsitrito de Coimbra.

Impossibilidade de concorrer com os moldes da Kodak e falta de viabilização bancária são os argumentos aduzidos para encerrar as empresas e actuar contra os interesses nacionais.

As comissões de trabalhadores e os sindicatos representativos procuram evitar os encerramentos e garantir salários e postos de trabalho.

A solução na TERMEC passa inadiavelmente pela banca. Um contrato de viabilização, à espera de ser assinado torna incompreensível a atitude dos responsáveis bancários, que bloquearam totalmente a actividade da empresa com a suspensão dos financiamentos a exportação.

A TERMEC tem uma carteira de encomendas de 450 mil contos, o que lhe chega para trabalhar um ano. Até meados de Novembro tinha exportado em 1982, 41 mil contos de máquinas e acessórios. **Por que espera a banca?**

Tanto na TERMEC como na AGFA as organizações representativas dos trabalhadores têm feito ver aos responsáveis governamentais, à opinião pública e ao patronato que não estão dispostas a aceitar situações lesivas dos seus direitos. Reclamam os salários em atraso e a garantia de emprego em unidades industriais sólidas como são aquelas em que trabalham. (Sólidas quer dizer viáveis economicamente, se forem normalmente apoiadas em investimentos e créditos).

A nível local e nacional, os trabalhadores e os seus representantes continuam, depois das formas de luta adoptadas, a enviar todos os esforços para que as empresas se mantenham a funcionar com todos os seus trabalhadores.

A CGTP-IN apoia a luta e reclama a intervenção adequada da banca e do Governo. O mesmo acontece com algumas autoridades locais.

Proletários de todos os países: UNI-VOS! Avante!

Internacional

De Pretória a Tel-Aviv uma mesma política

«Depois de ter pensado muito, cheguei à conclusão de que a política deste governo é **Nazismo** judeu» — afirmou o professor israelita Yeshayahu Leibiwitch, especialista em teologia e filosofia judaicas, referindo-se à política que vem a ser prosseguida pelo governo de Begin, e em particular à invasão do Líbano.

Também numa recente denúncia dos crimes que estão a ser cometidos pelo regime de *apartheid* contra o povo da Namíbia, Riundja Kaakunga, subsecretário administrativo da SWAPO (movimento de libertação da Namíbia), destacava, referindo-se à concentração massiva de tropas sul-africanas na Namíbia (mais de 100 000 homens), que «a concentração militar do regime racista foi sinónimo do incremento de uma **repressão com carácter hitleriano** e das frequentes execuções brutais de inocentes civis, arbitrárias prisões em massa, torturas e detenções na Namíbia».

Um paralelismo que se impõe por si e que se traduz, não só no carácter brutal e criminoso da repressão, como ainda no cunho racista tanto do governo de Tel-Aviv como do de Pretória, e ainda nas pretensões de domínio de outros povos e outros territórios.

Num momento em que a África do Sul, ocupando uma faixa de território angolano, prossegue e acentua as suas agressões armadas, num momento em que continua a ocupação sionista do Líbano com evidentes reflexos na situação interna deste país — este paralelismo evidencia-se particularmente — até pelo apoio comum de que goza — o apoio do imperialismo norte-americano.

RSA — escalada de agressão

Em poucos dias, somaram-se os actos de agressão — directos ou indirectos — por parte da África do Sul.

Soldados do Exército sul-africano, transportados em helicóptero, entraram em Maseru, capital de Lesotho, como se de território seu se tratasse. Objectivo: o ataque a residências de militantes do Congresso Nacional Africano (ANC — movimento de libertação do povo da África do Sul), em que foram assassinados 30 homens, cinco mulheres e duas crianças. Uma «matança a sangue frio» — como justamente foi qualificada pelo ANC, em nota divulgada em Harare, capital do Zimbabwé. Matança que entretanto «não afectará a sua luta contra o governo de minoria branca da África do Sul nem a determinação com que o Lesotho e outros países da África Austral se opõem ao racismo sul-africano».

Dois dias antes, depósitos de combustível da cidade da Beira, em Moçambique, foram atacados por sabotadores sul-africanos. À falta de «argumentos» como o utilizado em relação ao crime cometido na capital do Lesotho (o ataque a «instalações militares» da ANC), a acção de sabotagem económica em Moçambique (mais uma) é concretizada a coberto do grupo terrorista «Resistência».

Acções de verdadeiro terrorismo internacional que se não podem desligar — muito pelo contrário — da resistência continuada a uma solução política para a independência da Namíbia, por parte do mundo capitalista, com grandes interesses económicos e estratégicos em África, e em particular por parte dos Estados Unidos. Resistência que se alimenta sempre de novas «razões». Como por exemplo a presença internacionalista de tropas cubanas em Angola.

Como foi agora reafirmado, em Angola, «o Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho reiterou a posição expressa pelo governo angolano que rejeita as tentativas da actual administração norte-americana de estabelecer uma ligação ou um paralelismo entre o processo de descolonização da Namíbia e a retirada das forças internacionalistas cubanas da República Popular de Angola».

Instabilidade no Líbano — Porquê?

Diariamente, as informações que chegam do Líbano referem confrontos armados, nomeadamente em zonas onde estão estacionadas tropas sírias, explosão de bombas, carros armadilhados, o atentado à sede do Partido Socialista Progressista, de Walid Jumblat. Uma imagem de um quotidiano de violência a que a «nossa» RTP se atreve a acrescentar a «informação» de que os militares israelitas constituiriam, no meio desse caos, o factor de estabilidade, evitando maiores confrontos...

Vale a pena relembrar agora — para tentar compreender as raízes do difícil momento que hoje se vive no Líbano — o que na própria imprensa israelita se escrevia, antes da invasão do Líbano por tropas sionistas.

Em 14 de Maio, o diário israelita de maior circulação, o «Haaretz», afirmava: «Ao que parece, o plano é o seguinte: o exército ocupará a metade sul do Líbano, enquanto os cristãos (a falange fascista) tomarão a parte norte. Ambos os exércitos entrarão em Beirute. Israel já preparou pessoal para a manutenção da ordem e para o governo da capital do Líbano, e escolheu 66 Haddads (oficiais «protegidos») para o Parlamento libanês. A base de acordo será a liquidação da OLP; a expulsão dos seus membros para a Síria; e, a somar a isto, o regresso ao seu país do exército sírio». Estes os objectivos do governo de Begin, que os acontecimentos posteriores vieram confirmar.

Não tendo conseguido atingir os seus objectivos, o governo de Begin, apoiado pelo imperialismo, não só ocupou posições militares no Líbano, como deu força às milícias fascistas e provocou profunda instabilidade política, a todos os níveis, neste país. Aqui, como noutras partes do mundo, os interesses políticos do imperialismo — opostos ao interesse e à vontade dos povos — geram situações particularmente tensas e dramáticas.

Neste contexto, em que a própria força multinacional dita de paz, estacionada em Beirute, surge no fundamental como um pretexto para a presença militar americana «legal» no Líbano, o envio de tropas portuguesas para tal força não pode corresponder, nem aos interesses do nosso povo nem aos do povo libanês. De facto, que iríamos nós para lá fazer?

O peso das cumplicidades

Estamos no ano internacional da mobilização por sanções contra a África do Sul. Trata-se de uma decisão do Comité Especial contra o *Apartheid*, por recomendação da OUA e da Assembleia Geral da ONU. Porquê esta preocupação central?

Porque os factos comprovam à saciedade que, sem a crescente e contínua colaboração, sem a activa cumplicidade dos países capitalistas, das multinacionais, não seria possível o prosseguimento — e menos ainda a escalada — da política actualmente promovida por Pretória.

E nesta teia de cumplicidades — em que de Tel-Aviv a Pretória domina a lógica do capital, a lógica dos interesses vitais do imperialismo — está incluído o governo português.

No conjunto de notícias vindas a lume sobre o estreitar das relações comerciais entre o nosso país e o último governo de *apartheid*, destaca-se, nos primeiros dias de Dezembro, a visita à RSA de uma delegação comercial portuguesa. Falou-se aí de «cooperação», de «desenvolvimento do intercâmbio». No ano de mobilização de sanções contra a África do Sul. Num momento em que tal intercâmbio, tal cooperação, objectivamente significam cumplicidade, objectivamente significam o apoio à política imperialista em todo o Continente Africano.

Soviéticos batem recorde do cosmos

Os cosmonautas soviéticos Anatoli Berezovoi e Valentin Lebediev, após 211 dias a bordo de uma nave «Soyus T-7», estabeleceram um novo «record» de permanência consecutiva no Cosmos. Regressados a terra na passada sexta-feira, os dois cosmonautas ocuparam os últimos dias a preparar a estação Saliut-7 para o funcionamento automático, tendo cumprido todas as missões que lhes haviam sido confiadas e suportado bem a prolongada estadia em situação de imponderabilidade.

Durante estes mais de 200 dias de permanência em órbita, Berezovoi e Lebediev realizaram experiências científicas em diversos domínios e receberam duas expedições visitantes: uma, incluindo a segunda mulher cosmonauta da história, Svetlana Savitskaia; outra, o primeiro cosmonauta francês, Jean-Loup Chretien. A existência de elevações da crosta terrestre nas regiões da depressão Prikaspiskaia (junto do Mar Cáspio), onde é provável que se encontrem reservas de petróleo e gás natural, constitui uma das descobertas resultantes dessas importantes experiências.

As fotografias da terra conseguidas por Berezovoi e Lebediev — algumas delas inéditas — são de grande qualidade e permitem ver o nosso planeta através da camada emissora atmosférica que se situa a cem quilómetros de altitude. De assinalar que esta camada dá origem a muitos fenómenos curiosos, dependendo dela em particular a frequência das comunicações de rádio.

Recorde-se ainda que o anterior «record» internacional pertencia aos soviéticos Valeri Riumine e Vladimir Liakhod, com 175 dias. Esse tempo já tinha sido ultrapassado por Leonid Popov e Valeri Riumine quando em 1980 estiveram 185 dias na «Saliut-8». Não atingiram contudo os 193 dias necessários para registar um novo «record» já que, segundo as normas da Federação Internacional da Aviação e Cosmonáutica, este só é averbado quando supera o anterior em dez por cento.

Manifestações a favor da paz dificultam política dos EUA

Apesar de todos os esforços — e o da propaganda não é certamente o menor, basta atentarmos no que, em Portugal, a televisão ao serviço da «AD» e dos Estados Unidos debita em apoio de todas as iniciativas que visem instalar a psicose da guerra e o medo da «ameaça russa» —, apesar de todos os esforços, a política da administração imperialista de Reagan não tem registado aceitação que se veja. Nem no seu próprio país, nem sequer a todos os níveis do aparelho de Estado da América do Norte os círculos mais agressivos consegüem impor a ideia de que a corrida aos armamentos é necessária.

Na Europa, entretanto, e apesar do apoio consentido por alguns governos mais reaccionários, as coisas não vão bem, do mesmo modo, para os planos da NATO. No momento em que passava o terceiro aniversário sobre a decisão da NATO de uma eventual instalação de Euromísseis em fins do próximo ano, na Europa, grandes manifestações pacifistas voltaram a indicar que uma forte oposição a essas decisões permanece viva nas populações, nomeadamente na República Federal da Alemanha e na Grã-Bretanha.

No passado fim-de-semana registaram-se manifestações em várias cidades da RFA, em Londres, em Estocolmo e em Roma. Terá sido, porém, na RFA que as manifestações aconteceram em maior número. Ao apelo de movimentos pacifistas e ecologistas, com o apoio do Partido Social-Democrata, realizaram-se muitas manifestações no passado domingo. Os manifestantes bloquearam as zonas próximas de várias instalações militares americanas e alemãs. Mais de dez mil pessoas, na Baviera, participaram em manifestações — em desfiles ou em demonstrações sentadas. No dia anterior, mais de mil pessoas tinham desfilado em Hamburgo.

Em Wuerzburg, na Baviera registou-se também uma manifestação com a participação de mil pessoas. E na Renania-Westefalia, mais de 10 mil jovens se manifestaram contra os «euromísseis».

Cerca de 20 mil mulheres, em Londres, sob forte chuvada, mantiveram durante todo o dia e a noite seguinte um cerco à base aérea de Greenham Common, onde podem vir a ser instalados perto de cem mísseis «cruise».

Também sob forte chuva, em Estocolmo, milhares de pessoas participaram numa concentração à luz de archotes.

Em Roma, dez mil pessoas juntaram-se para acolherem na passada sexta-feira os participantes da «Marcha da Paz» que, tendo partido de Milão no mês passado, chegaram à capital italiana e, antes de continuar a caminho da Sicília, se reuniram em Comiso, local onde se prevê o estacionamento de 112 mísseis.

A oposição à instalação de mísseis cresce, pois, na Europa. O que contraria a política de Reagan, confrontada ainda com as propostas de redução de armamento nuclear avançadas pela União Sovietica. Com efeito, a URSS — segundo o insuspeito «New York Times» — irá propor brevemente uma redução para metade do número dos seus próprios mísseis em troca da não instalação, por parte da NATO, dos 572 «Pershing 2» e «Cruise».

Há cerca de quinze dias, a delegação soviética às negociações de Genebra informara a delegação dos Estados Unidos de que o número de mísseis soviéticos de médio alcance — actualmente superior a 600 — poderia ser reduzido para cerca de 250. Esta notícia foi também divulgada pelo jornal de Nova Iorque.

Agressões sul-africanas ao Lesotho e Moçambique

As recentes agressões sul-africanas à República Popular de Moçambique e ao Lesotho motivaram viva indignação e firme protesto por parte das forças democráticas e progressistas em todo o mundo. Cada dia que passa aumenta o repúdio e a condenação pela política de Pretória (ver artigo nesta página), fiel serventuária em África dos interesses dos grandes monopólios e do imperialismo.

Em Portugal, e para além da posição do PCP que junto divulgamos, merece destaque a reacção por parte da Comissão Preparatória da Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente — conferência esta que, recordamos, se realizará em Lisboa de 25 a 27 de Março próximos.

Em comunicado divulgado no passado dia 11, a Comissão salienta, nomeadamente:

«A opinião pública mundial continua a assistir com a maior indignação à escalada de agressões e violências praticadas pelo governo racista de Pretória contra os patriotas sul-africanos e contra o povo da Namíbia, assim como contra os Estados soberanos e independentes da África Austral e em particular a República Popular de Angola. As mais recentes agressões que acabam de registar-se contra o Lesotho e contra Moçambique integram-se num conjunto de acções que violam flagrantemente a Carta das Nações Unidas, ameaçam a paz em África e no mundo, ofendem a consciência moral da Humanidade».

«A Comissão Preparatória da Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente, ao tomar conhecimento de mais estas incursões e invasões terroristas — no mesmo momento em que a Assembleia Geral das Nações Unidas aprova medidas de reforço e do isolamento internacional do regime do "apartheid", o qual pelo seu lado e simultaneamente aumenta o poderio bélico e se aproxima a data de execução de três patriotas — não pode deixar de expressar o seu mais sentido e profundo protesto e condenação».

«Condenação que se estende igualmente à cobertura e apoio que a presente administração Reagan dos EUA dá aos dirigentes racistas da África do Sul, possibilitando-lhes condições indispensáveis para o prosseguimento de uma política racista e de guerra; protesto ainda contra os círculos internacionais que manobram a fim de impedirem a concretização das resoluções das Nações Unidas para a independência da Namíbia».

Diz ainda o comunicado:

«Estas últimas agressões a países da Linha da Frente, a adopção pelas autoridades de Pretória de medidas repressivas e racistas cada vez mais graves no plano interno, a concentração de novos contingentes militares na Namíbia, a ocupação prolongada do sul de Angola e a colocação de tropas do exército sul-africano nas proximidades da fronteira com Moçambique tornam ainda mais fortes as razões de ser da **Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente, a realizar em Lisboa de 25 a 27 de Março de 1983».**

«Para a Comissão Preparatória torna-se urgente intensificar a actividade preparatória organizativa, material e política, de modo a que a Conferência de Lisboa e a sua preparação constituam, desde já, uma grande iniciativa internacional de solidariedade com a luta dos Estados e povos da Linha da Frente pela libertação nacional e a paz na África Austral».

Patronos da Conferência de Lisboa

A propósito dos trabalhos preparatórios da Conferência, vem a propósito sublinhar que, até ao momento, aceitaram já ser patronos da iniciativa as seguintes personalidades:

General Ramalho Eanes, Presidente português; José Eduardo dos Santos, presidente da RP de Angola; Samora Machel, presidente da RP de Moçambique; Robert Mugabe, primeiro-ministro do Zimbabwe; Quett Masire, presidente do Botswana; Leabua Jonathan, primeiro-ministro do Lesotho; Oliver Tambo, presidente do ANC (África do Sul); e Sam Nujoma, da SWAPO (Namíbia); Kenneth Kaunda, presidente da Zâmbia.

PCP condena

A invasão do território do Lesotho por comandos da África do Sul com o massacre confessado de militantes da ANC residentes neste país soberano, assim como novos actos de sabotagem praticados contra a República Popular de Moçambique são motivo da mais profunda indignação.

Tais actos são parte integrante da escalada de agressões e de crimes praticados pelo odioso regime racista da África do Sul, com a cobertura e apoio directo do imperialismo norte-americano, contra Angola e Moçambique e, em geral, contra os Estados da Linha da Frente que se opõem com firmeza ao criminoso regime do «apartheid»; inserem-se nas tentativas desesperadas do regime racista para impedir a conquista da independência pelo povo da Namíbia e assegurar a sua própria sobrevivência face à corajosa luta dos patriotas sul-africanos dirigida pela ANC; constituem uma real ameaça para a paz em África e no mundo.

O PCP condena firmemente a incursão criminosa dos comandos racistas sul-africanos no Lesotho e a sabotagem das instalações petrolíferas da Beira e expressa a sua activa solidariedade ao povo do Lesotho, ao povo moçambicano e ao Partido Frelimo, aos patriotas da ANC.

10.12.82

A SIP DO PCP

PC da Argentina ultrapassa facilmente obstáculos à legalização

O Partido Comunista da Argentina ultrapassou folgadamente a quantidade de filiados exigida pelo «Estatuto dos Partidos Políticos» para obter o reconhecimento oficial e participar nas eleições nacionais.

Segundo as cláusulas desse Estatuto — aprovado pelo actual Governo — só poderão participar nas eleições os partidos que reúnam mais de 36 000 filiados e um número de aderentes equivalente a quatro por mil do padrão eleitoral dos 24 distritos do país.

O Estatuto legaliza a intervenção do Estado nos partidos e o exercício da sua acção. Mas os comunistas estabeleceram a directriz de impor a sua legalidade política e eleitoral (condição indispensável para participar nas eleições) apesar das condições em que se desenvolveu o recrutamento: estado de sítio, um passado recente com um saldo de milhares de desaparecidos, presos políticos, etc. Trata-se de um desafio na luta pela «abertura democrática» em que não é pequena tarefa vencer os temores e as represálias: cada ficha de militante tem quatro cópias e ninguém sabe ao certo se todas elas são arquivadas nos locais convenientes...

Um dado interessante é a composição predominantemente operária e o facto de esta refiliação (pois o Partido Comunista da Argentina, que desde 1959 tem sido sempre considerado ilegal, teve de apresentar-se como partido «novo») integrar novos contingentes provenientes basicamente do peronismo. Em Córdoba, coração da indústria automóvel (e onde está localizada a Renault), os políticos burgueses já falam em «cintura vermelha».

Recentemente, o Partido Comunista da Argentina anunciou que obtivera 51 000 adesões e que se tinham ultrapassado as exigências dos números de militantes em oito distritos. Estes distritos — os mais povoados do país — são a capital federal e as províncias de Buenos Aires, Córdoba, Santa Fé, Mendoza, La Pampa, San Juan e Entre Rios. Até agora o Partido Comunista é a única organização política que obteve esta soma.

Integradas na sua campanha de recolha de militantes o Partido realizou nos últimos dois meses cerca de 300 sessões públicas em todo o país, inaugurou mais de uma centena de sedes partidárias e foram colocadas mesas de propaganda nas ruas, nas quais se apelava aos transeuntes que assinassem a ficha de adesão ao Partido.

«As 51 000 adesões num período de poucas semanas — afirmou Jorge Bergstein, secretário de Informação do Comité Central do PCA — revelam que nos convertemos numa organização de massas. Pretendemos conquistar o direito eleitoral em todos os distritos do país, de modo que em cada região não faltem candidatos, tanto nos municípios como nas províncias. Para isso propomos cerca de 80 000 militantes inscritos, mas propomo-nos atingir os 100 000».

«Tal objectivo — prosseguiu — está ligado com a questão das candidaturas para as eleições de 1983. O nosso Partido apresentará candidatos seus a todas as escalas, desde a presidência da nação até aos concelhos municipais. Ao mesmo tempo — acrescentou — manifestamos a disposição de colocar essas candidaturas ao serviço da mais ampla unidade para que o próximo governo democrático tenha a força de um apoio generalizado».